

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

Uma herança que reivindicamos: as conferências internacionais das mulheres socialistas de 1907 e 1910



Cartaz social-democrata alemão de apelo à jornada internacional das mulheres trabalhadoras, 8 de Março de 1914

Carta de convite a uma conferência internacional "pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista"

Imperialismo e Guerra na África dos Grandes Lagos

Há cem anos: fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



Índice

Notas Editoriais

Página 3

Documento

- Carta de convite a uma conferência internacional
"pela reconstituição da IVª Internacional, pelo
partido mundial da revolução socialista" no Outono de 2023 Página 5
-

Análise

- Imperialismo e Guerra na África dos Grande Lagos Página 16
-

Documento

- Uma herança que reivindicamos:
as conferências internacionais das mulheres socialistas
de 1907 (Estugarda) e 1910 (Copenhaga) Página 24
-

História

- Há cem anos
30 de Dezembro de 1922: fundação da
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas Página 33
-

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica
e de informação política do CORQI
(Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de
debate livre no quadro do que são os princípios
próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista
reflectem a opinião dos seus autores. Não
vinculam necessariamente a redacção da revista.

Este número d’A Internacional, revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), sai do prelo a poucos dias do primeiro aniversário da deflagração da guerra na Ucrânia, no dia 24 de Fevereiro de 2022. E o que sobre a natureza desta guerra se ouviu ao longo deste ano! Nós, que lutamos pela reconstituição da IVª Internacional, sustentamos que todos os acontecimentos do último ano confirmam o que escrevíamos na declaração do CORQI de 28 de Fevereiro de 2022 (publicada no nº 25 d’A Internacional, de Fevereiro de 2022): *“Fora do contexto do imperialismo decadente e em decomposição, não se pode compreender a guerra iniciada com a entrada das tropas russas na Ucrânia. O que era aplicável à primeira guerra imperialista mundial de 1914-18 também se aplica à guerra actualmente em curso, embora o contexto seja evidentemente diferente. A guerra actual, embora não sendo uma guerra mundial, tem aspectos de guerra mundial. No terreno ucraniano em que se defrontam, directamente, Rússia e Ucrânia, estão também, atrás da Ucrânia, as principais potências imperialistas reunidas na NATO. E, de modo porventura menos directo, a ofensiva imperialista contra a Rússia visa igualmente a China.”*

Os acontecimentos entretanto sobrevindos vieram confirmar esta caracterização. A guerra acelerou todos os processos de desarticulação do imperialismo, “estádio supremo do capitalismo”: a destruição maciça de forças produtivas (guerra e economia de guerra, especulação, uso de técnicas de ponta – inteligência artificial, etc. – para destruir força de trabalho, etc.), o choque entre as diferentes potências imperialistas a benefício do imperialismo americano e as contradições do sistema capitalista agonizante.

A guerra fez luz, mormente em todos os países imperialistas, sobre o grau de capitulação dos dirigentes que falam em nome dos trabalhadores, mas se integram na “união sagrada” com os governos fautores de guerra, acabando a caucionar tanto a guerra “no exterior” como a guerra travada pelos governos burgueses “no interior”, contra os trabalhadores e a juventude.

A declaração de 28 de Fevereiro de 2022 afirmava já que *“logo nos primeiros minutos do conflito, o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) condenou a agressão, exigindo a retirada imediata das tropas russas. Fiel aos princípios de independência da classe trabalhadora, o CORQI apelou, do mesmo passo, aos trabalhadores e organizações para que se recusassem a alinhar na união nacional com que se pretende unir as organizações dos trabalhadores aos capitalistas e governos de cada país, a pretexto da condenação exclusiva do governo russo. Sendo a responsabilidade criminosa do regime de Putin uma evidência, o facto é que o contexto em que ela se inscreve é marcado por meses e meses de escalada militar e por provocações cuja responsabilidade cabe ao imperialismo americano e ao seu braço armado, a NATO, e a todos os governos capitalistas alinhados debaixo da sua bandeira. Os lutadores pela reconstituição da IVª Internacional, fiéis à*

bandeira do internacionalismo proletário, recusam seguir os dirigentes de organizações de trabalhadores que têm aceitado integrar o quadro de união nacional com os governos fautores de guerra. Os lutadores pela reconstituição da IVª Internacional consideram que o principal inimigo da classe trabalhadora em cada país é o seu próprio governo.”

Esta guerra propiciou o desenvolvimento significativo de uma das principais forças destrutivas, a indústria do armamento, artificial mola propulsora da economia – Rosa Luxemburgo explicou-o há mais de um século –, alicerçada que está na purga crescente do orçamento dos Estados. Mal demorou um ano para o objectivo formulado pelo ex-presidente republicano Trump de conseguir aumentos dos orçamentos militares de todos os países da NATO até pelo menos 2% do respectivo produto interno bruto (PIB) se tornar realidade na presidência do democrata Biden. Do Japão à França, os Estados imperialistas, uns atrás dos outros, mandaram adoptar aumentos dos orçamentos militares que fazem feliz a indústria militar (sector em que mais de cinquenta das cem maiores empresas, entre as quais as cinco maiores do mercado, são sociedades norte-americanas). O parlamento dos Estados Unidos, pela sua parte, acaba de adoptar um orçamento militar recorde, que, com tudo incluído, passa de 900 mil milhões de dólares, com o notável apoio dos eleitos da pretensa “esquerda” do Partido Democrático. Ora, o que a indústria militar faz não é mais do que desviar centenas de milhar de milhões pilhados nos orçamentos dos serviços públicos para os bolsos dos accionistas do armamento. Ela produz mercadorias que se consomem destruindo. Um ano de guerra entre o exército de Putine e o exército ucraniano, equipado dos pés à cabeça pela NATO, provocou centenas de milhares de vítimas, ucranianas como russas, civis como militares, devastando quase completamente regiões inteiras da Ucrânia (nomeadamente o Donbass, em guerra desde 2014). O conflito entre a NATO e a Rússia serve abertamente de trampolim para a preparação de outra guerra: aquela a que o imperialismo americano, se for preciso, recorrerá para desmantelar a economia planeada na China. Anunciam-na as novas alianças militares dos Estados Unidos com a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas, a Índia..., como a anunciam as trocas de tiro de mísseis entre as duas Coreias, as provocações no Mar da China e em redor de Taiwan, etc.

A guerra na Ucrânia tem agudizado todos os embates – diplomáticos, económicos, comerciais e militares – entre o imperialismo americano e as outras potências imperialistas. Neste número, pode ler-se um dossiê dedicado a outra guerra imperialista: a que há trinta anos, por milícias interpostas, saqueia a República Democrática do Congo (RDC) por conta das multinacionais americanas e europeias.

Um ano de guerra é, pois, um considerável reforço das posições do imperialismo americano em detrimento dos seus concorrentes de segunda ordem. Já no dia 5 de Abril de 2022 o *Financial Times* escrevia que *“a partir de 2026, se tudo correr bem, o gás natural liquefeito chegará por navio-cisterna às costas do Norte da Alemanha (...), ocupando o lugar das importações*

● NOTAS EDITORIAIS

>>> *russas. (...) Poderá ser de mau gosto afirmá-lo e até pensá-lo, mas a América será o grande “ganhador” da crise ucraniana. (...) Longe de pôr termo à reorientação dos Estados Unidos para a Ásia, a guerra na Ucrânia poderá ser o acontecimento que a tornará possível.”*

Em poucos meses, estas previsões fizeram-se realidade. A Europa está inundada de gás liquefeito americano. Em nome da guerra, os especuladores da Bolsa de Cereais de Chicago arrecadam milhares de milhões do mesmo passo que um ser humano morre de fome de quatro em quatro segundos. Em outro verso, os planos de “descarbonização” inaugurados por Biden – alegadamente para lutar contra o aquecimento do clima – representam novo ensejo para bombear centenas de milhar de milhões de fundos públicos para os grandes capitalistas, preparando a destruição de segmentos inteiros da produção e de milhões de postos de trabalho. E que se há-de dizer do desmoronamento daquilo que nos apresentavam como a jóia da coroa da “tecnologia” capitalista? 200 mil empregos destruídos pelos “GAFAM” (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft), enquanto as “criptomoedas” revelam ser o que sempre foram, uma pura aldrabice especulativa. Em contraposição, a guerra ateou a centelha do surto revolucionário das massas. 2022 começou com o levantamento operário no Casaquistão, esmagado pelas tropas de Putin sob os aplausos das grandes potências imperialistas. Depois deu-se a enchente das massas do Sri Lanka, a rejeitar o estrangulamento do seu país pela “dívida” e pelo FMI. Seguiram-se as manifestações nos Estados Unidos pela defesa do direito democrático à interrupção voluntária da gravidez e, no Irão, os protestos de massas contra o assassinato de Mahsa Amini, que abalaram o regime teocrático. Vieram então as explosões da cólera operária na China contra a burocracia e as multinacionais. E as manifestações operárias e camponesas no Perú depois do golpe de Estado de 7 de Dezembro. Na Europa, a inflação, as contra-reformas e o aumento dos orçamentos militares (que os capitalistas põem os trabalhadores a pagar: é o que se vê em França na contra-reforma das aposentações) alimentam, de Londres a Paris, Berlim, Lisboa e não só, poderosos movimentos da classe operária para conseguir as suas reivindicações. O sofrimento imenso que o regime assente na propriedade privada dos meios de produção, agonizante, inflige às massas alimenta o movimento da revolução proletária, balizando, como nunca, a alternativa “*socialismo ou barbárie*”.

O passo anteriormente citado da nossa declaração de 28 de Fevereiro de 2022 afirmava claramente a nossa rejeição de toda e qualquer “união sagrada” entre os dirigentes do movimento operário e os governos fautores de guerra. A guerra tem mostrado, mormente nas grandes potências imperialistas, a tibieza e pusilanimidade de que tais dirigentes são capazes para com o seu próprio imperialismo.

A começar no apoio da direcção da AFL-CIO à administração Biden quando esta pura e simplesmente proibiu a programada greve de 120 mil ferroviários. Passando pelos dirigentes do *Labour Party* britânico (que o respectivo chefe, Starmer, rebaptizou “partido da NATO”), a oprem-se às greves e a apoiarem os

fornecimentos de armas à Ucrânia. Continuando na política dos dirigentes da *Nupes* (PS, PCF, *La France insoumise* e EELV-verdes), que dizem, por um lado, condenar a política de Macron, nomeadamente a sua reforma das pensões, mas, por outro, consideram positivos os 35% de aumento do orçamento militar. Acabando na política dos dirigentes do SPD, na Alemanha, a violar o juramento do povo alemão de 1945 “Guerra nunca mais!”. E muitos outros exemplos se poderiam citar, até na Rússia, onde os miseráveis herdeiros do estalinista, à cabeça do pretensso Partido “Comunista”, o KPRF, apoiam a guerra suja de Putine na Ucrânia.

Para os militantes do CORQI, que lutam pela reconstituição da IVª Internacional, a única bússola é a luta contra todas as formas de “união sagrada”, pela ruptura com os governos fautores de guerra, pelo internacionalismo operário e pela fraternidade entre os povos. Esta luta tem tido a sua expressão nos eventos internacionais de que fomos parte, ao lado de militantes de todas as tendências: o encontro internacional de urgência contra a guerra de Abril de 2022, a Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras de 29 de Outubro, a Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária, de 29 e 30 de Outubro de 2022, as jornadas internacionais contra a guerra de 9, 10 e 11 de Dezembro de 2022. O mesmo se dirá das campanhas decididas pela Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras – o Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs e reuniões por ocasião do 8 de Março de 2023 – , reatando a tradição das conferências internacionais de mulheres socialistas de 1907 e 1910 (leia-se o nosso dossiê neste número).

Nas lutas travadas contra a guerra imperialista, na intervenção na luta de classes, têm-se criado laços, têm-se travado discussões. A bandeira da luta pela Internacional Operária surge, bem para além das nossas forças, como a única perspectiva portadora de paz e progresso a militantes, grupos, correntes e organizações pelo mundo fora. Isso dá azo a que nos propunhamos galgar outra etapa. A nossa revista publica a carta de convite para a conferência de 4, 5 e 6 de Novembro de 2023, conferência “*pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista*”. Esta iniciativa decorre naturalmente da nossa apreciação da situação mundial, das tarefas da vanguarda revolucionária e da nossa própria actividade. As organizações do CORQI signatárias desta carta estão convencidas de não serem as únicas a formularem as questões nela expostas. Isso torna necessário abrir a discussão, com um só fim: permitir um passo em frente no indispensável agrupamento das forças que lutam pela revolução proletária, pelo derrube do sistema capitalista e pela vitória do socialismo. E, para isso, forjar o instrumento que permita ajudar os trabalhadores a realizarem a sua própria emancipação. Instrumento esse que, em nossa opinião, se deve fundar no programa da IVª Internacional – o que não quer dizer que disso façamos condição. É precisamente esse o objecto da discussão.

A Internacional, 8 de Fevereiro de 2023

Carta de convite a uma conferência internacional “pela reconstituição da IV^a Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista” no Outono de 2023

Adoptada pelo Colectivo de Animação do CORQI em 15 de Dezembro de 2022

Neste final de 2022, o mundo instala-se na guerra, que alastra as suas devastações e desolação a todo o planeta. É uma escalada. Hoje a Ucrânia e a Rússia, a África, amanhã a China. Haverá saída?



Um ano de guerra na Ucrânia

PARA QUEM SE SITUE no ponto de vista dos explorados e oprimidos, é uma discussão necessária. Queremos abri-la entre militantes, grupos e organizações que reivindicam para si o programa da IV^a Internacional. Interessando, todavia, a discussão, de modo mais lato, o futuro da humanidade e pondo ela a questão do papel e da responsabilidade da classe trabalhadora, propomos abri-la mais amplamente, a outras correntes, grupos, organizações, militantes e responsáveis que, sem partilharem o programa da IV^a Internacional, se empenham, ao lado dos militantes trotskistas, na luta contra a guerra e pela defesa da civilização humana, adoptando um ponto de vista de classe que nos é comum.

O documento que se segue visa abrir esta discussão, preparando uma conferência internacional dos partidários da IV^a Internacional, uma conferência pelo partido mundial da revolução socialista (o verdadeiro nome da IV^a Internacional).

1) Teremos razão em relacionar a natureza da guerra em curso com a natureza do imperialismo, o “estádio supremo do capitalismo” que Lenin há mais de um século descreveu – imperialismo hoje entrado numa fase de decomposição e putrefacção que ameaça a humanidade inteira? Observa-se uma escalada de recordes de lucros capitalistas (ver anexo), iniciada já antes da pandemia, a que a guerra deu ensejo de prolongar e aprofundar. E verificam-se, em paralelo, recordes de miséria e de destruição de postos de trabalho (ver anexo), inclusive nos países capitalistas mais avançados.

Teremos razão em relacionar esta situação com a natureza do imperialismo, o estágio do capitalismo a partir do qual este deixa de ser capaz de desenvolver as forças produtivas, passando, pelo contrário, a sobrevivência do regime assente na propriedade privada dos meios de produção a suster-se, cada vez mais, na destruição das forças produtivas existentes?

Teremos razão em escrever, como fizemos na declaração do

CORQI de 28 de Fevereiro de 2022, que “sendo a responsabilidade criminosa do regime de Putin uma evidência, o facto é que o contexto em que ela se inscreve é marcado por meses e meses de escalada militar e por provocações cuja responsabilidade cabe ao imperialismo americano e ao seu braço armado, a NATO, e a todos os governos capitalistas alinhados debaixo da sua bandeira. Os lutadores pela reconstituição da IV^a Internacional, fiéis à bandeira do internacionalismo proletário, recusam seguir os dirigentes de organizações de trabalhadores que têm aceiteado integrar o quadro de união nacional com os governos fautores de guerra. Os lutadores pela reconstituição da IV^a Internacional consideram que o principal inimigo da classe trabalhadora em cada país é o seu próprio governo”, e que assim é porque “fora do contexto do imperialismo decadente e em decomposição, não se pode compreender a guerra iniciada com a entrada das tropas russas na Ucrânia”?

Desde que a guerra na Ucrânia

>>>

● DOCUMENTO

>>> começou, vê-se com grande clareza que quem tira as castanhas do fogo é o imperialismo, mormente o imperialismo americano. É ele que obriga os outros imperialismos a levar em consideração, antes de mais nada, os seus próprios interesses.

Temos qualificado esta guerra como “guerra do imperialismo“, no sentido em que, atizada e provocada pelo imperialismo americano na lógica da sua sede insaciável de novas fontes de lucro, o imperialismo não pode fazer outra coisa a não ser expandir-se sem parar.

Escrevemos, logo em 24 de Fevereiro de 2022, que esta guerra nada tinha de progressista, bem pelo contrário. Do lado russo, a actuação de Putin não passa da actuação do representante de um regime oligárquico que defende o lugar que é o seu, o de um aparelho político-militar-industrial que, na cúpula do regime, defende os interesses específicos dos milhares de milionários que constituem a nova burguesia russa. Esta cristalizou-se como classe dominante na sociedade russa, baseando-se na pilhagem da propriedade estatal e apropriando-se dos recursos naturais e da infra-estrutura produtiva. A pilhagem das imensas riquezas acumuladas pelos povos da União Soviética e a sua apropriação privada por um grupo minúsculo têm como corolário um agravamento sem precedentes da miséria e das privações da imensa maioria do povo. Contudo, as tentativas desta burguesia mafiosa e parasitária para encontrar um lugar para si no mercado mundial esbarram directamente com o domínio do imperialismo americano, que não faz tenções de permitir o enfraquecimento das suas posições – muito pelo contrário.

Teremos tido razão em qualificar esta guerra de guerra do imperialismo e daí tirar a palavra de ordem “Nem Putin nem Biden“, exigindo a retirada das tropas russas da Ucrânia, a retirada das tropas da NATO e a dissolução da NATO?

Teremos tido razão, ainda, em

avisar, logo que a guerra começou, que a próxima etapa seria a China, regime em que o essencial das forças produtivas está ainda sob a alçada da propriedade estatal, apesar de uma burocracia parasitária e contra-revolucionária desviar em seu próprio proveito o uso que lhes é dado? Ao ser propriedade estatal, ela escapa ainda, pelo menos em parte, às leis do mercado, pelo que, para o capitalismo americano – que nem se dá ao trabalho de o esconder – , representa um alvo inevitável, um obstáculo a abater na sua avidez de lucros máximos. As manifestações ocorridas na China em Novembro de 2022 vieram, porém, recordar que a classe operária chinesa não está disposta a aguentar passivamente os golpes que lhe são infligidos. O seu movimento independente é visto (com razão) como uma ameaça tanto pela burocracia como por multinacionais como a Apple, que tiram lucros imensos da sua exploração.

2) A natureza capitalista e imperialista da guerra em curso já não carece de demonstração. Reflecte-se na situação de todos os principais países imperialistas, marcada por um tríptico de: gigantescos investimentos na economia de guerra; violentíssimos ataques aos trabalhadores e à juventude, atentatórios de todos os seus direitos e garantias conquistados pela luta de classes, generalizando a precariedade e a “uberização” da sociedade, atentando contra as liberdades democráticas – muito em especial a liberdade de organização – e impondo considerabilíssimos cortes orçamentais aos serviços públicos e reduções de poder de compra e salários; e os lucros monstruosos que as multinacionais tiram desta situação (ver anexo).

Não deixa, também, de ser o



Marx dirige-se a uma reunião da Associação Internacional de Trabalhadores (Primeira Internacional), fundada em Setembro de 1864.

caso que, se, nos principais países imperialistas, é possível levar avante este tríptico é porque os governos em exercício, sejam eles quais forem, beneficiam do apoio dado pelos dirigentes das principais organizações que se reclamam da classe trabalhadora, ou que são historicamente oriundas do movimento operário, aos seus projectos de guerra e à sua economia de guerra (ver anexo).

Está em causa a continuação das políticas de união sagrada que os dirigentes traidores da IIª Internacional promoveram há já um século, quando da primeira guerra imperialista. Políticas que, nas décadas que se seguiram, têm conhecido avatares vários, designadamente o das frentes populares, de alianças, pois, de partidos oriundos do movimento operário com a classe capitalista.

Desde que a política das “frentes populares” apareceu, em meados dos anos trinta, a IVª Internacional sempre distinguiu o que é do foro da aspiração das massas a levantar a frente única das suas organizações face à, e contra a, burguesia do que é a política de alianças dos partidos operários com a burguesia “democrática”. A aplicação da política de frente popular

em França e em Espanha (1936), mais tarde no Chile (1973), acabou nas maiores derrotas para a classe trabalhadora. Essa política de aliança dos partidos operários com a burguesia continua ainda hoje, por exemplo no âmbito do governo tripartido da África do Sul/Azânia, desde 1994, podendo já amanhã estabelecer-se no Brasil, na forma de governo de aliança entre o PT, o PSOL e partidos burgueses pró-imperialistas.

Todos estes elementos estão presentes neste ano de 2022. Acresce um: a degenerescência das direcções oriundas do movimento operário, que faz com que muitas preconizem agora abertamente a dissolução do movimento operário, tal como historicamente constituído, a benefício de agregados mais amplos, mais indefinidos, sem carácter de classe. Esta corrente, que se autodefine como populista (ou, conforme o caso, populista de esquerda), tem uma atitude ultimata para com as organizações operárias tradicionais, exigindo que a classe trabalhadora se dissolva no “povo”, submetendo-se as suas organizações específicas, partidos e sindicatos, à direcção do que se subentende ser o movimento do próprio povo.

Nesta ou outra forma, há décadas que, em vários países, há organizações oriundas do movimento operário a participarem, na prática, no ataque a todas as conquistas conseguidas pela luta de classe. A participarem, integrando o governo e aceitando aplicar os planos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da União Europeia, mas a participarem também, quando dirigentes de organizações sindicais, em vez de assumirem as suas responsabilidades e forjarem o bloco unido dos trabalhadores e organizações para defender direitos e garantias, aceitam integrar-se nas mil e uma engrenagens do corporativismo que os governos em exercício criam em nome do “diálogo social”, da “concertação” e de outros processos corporativistas.

A resultante desta política é sectores inteiros da classe operária a verem-se empurrados para uma pauperização sem fim – mas igualmente para uma decomposição social que constitui o caldo de cultura da progressão de uma extrema-direita demagógica e populista que aponta como causa de todos os males o estrangeiro, o imigrante. É evidente que esta orientação dos dirigentes das principais organizações operárias dos países imperialistas alimenta a chegada ao poder de regimes de extrema-direita, caso da Hungria, ou fascizantes, como em Itália, do mesmo passo que permite dar base social ao desenvolvimento da extrema-direita racista e reaccionária por onde quer que se lhe pegue, como a de Trump nos Estados Unidos. Processos comparáveis dão-se, em moldes diferentes, em países dominados pelo imperialismo: na Índia, onde persiste o governo ultra-reaccionário de Modi, nas Filipinas, onde regressou ao poder o herdeiro da família Marcos, etc.

Enquanto isto, todos os governos capitalistas e imperialistas continuam a tomar parte activa na pilhagem das ex-colónias e dos países dominados da Ásia, da África, da América Latina; nisso verificando, aliás, a definição do imperialismo dada por Lenin. A política que prosseguem puxa deliberadamente por guerras de desmantelamento e desmembramento das nações, choques falaciosamente apresentados como “étnicos”, quando são directamente fomentados para que as multinacionais dos países imperialistas melhor possam apropriar-se das riquezas naturais e prosseguir a pilhagem colonial de antigamente em moldes neocoloniais.

A diferença entre o imperialismo do início do século XX e o imperialismo senil do início do século XXI consiste em que, há um século, conforme Lenin demonstrou, as cúpulas dirigentes do movimento operário oficial “justificavam” a sua política de apoio ao imperialismo e mesmo a sua participação nos governos imperialistas pela posição privilegia-

da das camadas superiores da classe operária dos países imperialistas, que lhes proporcionava algum proveito da pilhagem das nações colonizadas. Era, assim, possível dominar e integrar a aristocracia operária nos planos do imperialismo, alimentando-a com as migalhas “caídas da mesa do festim imperialista”.

Hoje, mesmo isso deixou de ser realmente assim. Mais do que nunca a política de decomposição do imperialismo continua a pilhar e despedaçar as nações que se constituíram nas antigas colónias. A pilhagem colonial prossegue hoje, ainda mais intensamente do que há um século, com roupagens neocoloniais. Só que a própria crise do imperialismo impede que, ao contrário do que possa ter sido o caso há cinquenta ou cem anos, essa pilhagem garanta à aristocracia da classe operária dos países imperialistas o benefício das migalhas “caídas da mesa do festim imperialista”.

Há já trinta ou quarenta anos que as classes operárias de todos os países imperialistas se vêem elas próprias arrastadas numa espiral de regressão social e de decomposição que se desenvolve em paralelo com a espiral de destruição e pilhagem das antigas colónias. A diferença é que o proletariado dos países mais desenvolvidos parte de muito mais alto, mas a tendência geral é constante, tanto para os países mais desenvolvidos como para os menos desenvolvidos (o que dá a base da unidade mundial da luta de classes).

3) Os acontecimentos em curso constituem ampla confirmação da natureza do imperialismo como reacção em toda a linha, nos termos da definição de Lenine. O imperialismo caracteriza-se, em particular, pela incapacidade de assegurar às forças produtivas um desenvolvimento que a saturação e a fragmentação do mercado mundial tornam cada vez mais hipotético. Mas caracteriza-se também pela tendência crescente para, na fórmula de Marx, transformar as forças produtivas em forças de destruição: “No desen-

● DOCUMENTO

»»» *volvimento das forças produtivas, chega-se a um estágio em que nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no contexto das relações existentes, deixando de ser forças produtivas, para passarem a ser forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro)” (A Ideologia Alemã). Às forças destrutivas representadas no maquinismo e no dinheiro, Rosa Luxemburgo acrescentaria, a justo título, o militarismo (a indústria do armamento).*

Daí decorre que as forças produtivas passem, cada vez mais, a ser instrumentos de destruição da força de trabalho do proletário. Estamos perante uma ameaça para a humanidade como um todo (ver anexo).

A ameaça ao ambiente é indissociável da ameaça à própria espécie humana. A incapacidade de investir na protecção e adaptação às alterações climáticas vem de que a principal fonte de lucros não está em lutar por preservar a humanidade das modificações do seu ambiente, mas em esticar ao máximo todos os mecanismos de extorsão de mais-valia e rentabilidade tirados da situação actual, ainda que o preço disso seja ficar em risco a própria existência da humanidade.

O género humano está ameaçado de ser pura e simplesmente engolido seja por catástrofes ditas naturais, a que o sistema capitalista impede uma resposta (as inundações no Paquistão, a seca na Somália), seja porque a energia nuclear, potencialmente fonte considerável de desenvolvimento e melhoria do bem-estar da humanidade, vem hoje a ser um factor que ameaça a humanidade de destruição, tanto na sua versão militar – a arma nuclear – como na “civil”, dadas as condições de desregulamentação em que o capital a explora.

Detenhamo-nos, a este propósito, nos discursos que pretendem “humanizar” o capitalismo, introduzindo-lhe uma dimensão humana e ecológica. Está demonstrado que não há “dimensão” humana ou social que se possa introduzir



Nas proximidades de Zurique (1893), alguns dirigentes da Internacional Operária (IIª Internacional). Ao centro, Clara Zetkin, Friedrich Engels, Julie Bebel e August Bebel.

no quadro do regime assente na propriedade privada dos meios de produção, salvo de maneira parcialíssima e temporária, posta outra vez em causa pouco depois.

4) O carácter do imperialismo como reacção em toda a linha não se mede unicamente pela sua incapacidade para satisfazer as reivindicações democráticas mais elementares a que, na sua fase ascendente, a burguesia conseguia, pelo menos em parte, dar resposta, mas, mais ainda, por estarem a ser brutalmente postas em causa todas as conquistas democráticas conseguidas na fase anterior.

Exactamente porque pode fixar para si própria o objectivo da emancipação social, a classe operária pode, e só ela pode, criar condições para satisfazer ou realizar as reivindicações democráticas mais elementares.

Está neste caso, nomeadamente, a questão nacional e as palavras de ordem que apontam à soberania das nações. O imperialismo tem mantido os países que acederam à independência política formal nos anos cinquenta e sessenta, no seu conjunto, em relações de subordinação, dependência e mesmo, as mais das vezes, de pilhagem e despedaçamento da unidade nacional e, em cada vez mais casos, de intervenção militar

estrangeira.

Nações reputadas soberanas vêem-se de novo reduzidas à escravatura pelas potências imperialistas. Não é só a incapacidade de resolver a questão nacional, é também o próprio processo para forçar a roda da história a andar para trás que, a qualquer exigência de soberania da nação, põe o problema da ruptura com o imperialismo. É o caso, em especial, da palavra de ordem de não pagamento da dívida, dívida que não é dos povos. A experiência destes últimos anos tem mostrado que quem renuncie a romper com a dívida acaba por, conscientemente ou não, converter-se em instrumento do imperialismo.

Está neste caso, ainda, a questão negra nos Estados Unidos, razão por que a IVª Internacional – na continuidade da Internacional Comunista de Lenin e Trotsky – considera que o povo negro dos EUA (parte central do proletariado americano, mas excluído da nação americana por séculos de escravatura, segregação e racismo institucional) constitui, na prática, em moldes específicos, uma nação oprimida com direito à sua autodeterminação. E este objectivo só pode ser realizado através da luta pelo partido operário negro independente, ligada à luta pelo *Labor Party*, e, portanto, pela ruptura do movimento operário com o Partido Democrático (um dos dois partidos

capitalistas).

Está igualmente neste caso a a questão palestina, desde que o imperialismo, com o apoio da burocracia da URSS, impôs a partição da Palestina (resolução 181 da ONU), apoiando-se na falsa solução para a questão judaica que é o sionismo. Por isso a IVª Internacional nunca deixou, desde 1947, de defender a única solução democrática possível: a Constituinte palestina, integrando as suas componentes árabe e judaica, abrindo caminho à constituição de um só Estado palestino laico e democrático, em todo o território histórico da Palestina, garantindo a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos, independentemente do sexo, origem, religião, etc, e permitindo aos refugiados o exercício do direito de retorno.

Neste caso está, ainda, a juventude e estão as reivindicações democráticas das mulheres. O que distingue a IVª Internacional do feminismo burguês é que a IVª Internacional, que faz seu o objectivo democrático da igualdade de direitos dos homens e das mulheres, faz derivar dele a necessidade de abater o regime capitalista, que faz perdurar a opressão patriarcal e a dupla exploração. Daí que o conjunto das palavras de ordem políticas que apontam à emancipação das mulheres, tendo embora por corolário a necessidade de palavras de ordem específicas e mobilizações específicas, tem de se ligar ao movimento da classe trabalhadora no seu conjunto para poder vingar plenamente. Compete à IVª Internacional dar o seu contributo para que assim seja.

5) Dos pontos anteriores decorre a necessidade da luta pelo socialismo. A sobrevivência do capitalismo só é possível à custa da máxima destruição. Todas as tentativas de lavar a cara ao capitalismo ou de “humanizá-lo” acabaram em destruições ainda mais maciças e ameaças ainda maiores à sobrevivência da humanidade.

Não há outra saída para a crise mortal que ameaça o género humano a não ser esta, que aqueles mesmos que produzem a riqueza tomem nas suas mãos os meios para produzi-la: a classe dos produtores, a classe trabalhadora. A base social e económica da sociedade tem de ser reorganizada de cima abaixo. Terá de assentar na socialização dos grandes meios de produção e de troca, fazendo com que a riqueza produzida pelo povo trabalhador reverta para o povo trabalhador. Há um nome para isso: a perspectiva do movimento operário só pode ser o socialismo.

A IVª Internacional, na continuidade de toda a história do movimento operário, da Iª, da IIª e da IIIª Internacional, luta pelo socialismo – e esta luta só pode ser travada à escala internacional –, socialismo que só o próprio movimento das massas poderá realizar, sob a direcção da classe trabalhadora, tomando em mãos o poder político para expropriar o capital e socializar os meios de produção.

Apesar da traição da social-democracia e do estalinismo e das terríveis consequências que tiveram sobre o movimento operário e os trabalhadores de modo geral, apesar das derrotas a que conduziram em nome do socialismo, não há outro nome para a sociedade que, de maneira transitória, conduzirá depois a humanidade inteira até uma sociedade sem classes e sem Estado, desembaraçada da exploração e da opressão, a perspectiva do comunismo. Tal é o objectivo por que a IVª Internacional combate.

6) Por todo o mundo, o movimento próprio das massas oprimidas e exploradas trá-las para o caminho do levantamento e da mobilização de massas.

Nos anos transactos tem-se assistido ao surgimento do *Hirak* na Argélia e da insurreição revolucionária no Chile, à potente mobilização do *Black Lives Matter*, seguida de uma vaga inédita de greves operárias, nos Estados Unidos, e ainda a levantamentos

operários e populares no Sudão, na Colômbia e no Sri Lanka, ao movimento grevista na China, a greves e acções de classe na Grã-Bretanha e noutros países da Europa, etc.

Só burocratas sem consciência e vendidos à classe inimiga ousarão afirmar que o que está em falta é a vontade de luta dos trabalhadores e da juventude. Toda a situação é, pelo contrário, marcada pelos levantamentos maciços de milhões e milhões pelos seus direitos, pela democracia, pela soberania. Todas estas mobilizações, sem excepção, esbarram com a orientação das direcções tradicionais do movimento operário e democrático. Com efeito, todas as direcções, confrontadas com estes movimentos não provocados por elas e que em grande parte lhes escaparam, vendo-se muitas vezes obrigadas a correr atrás deles para tentar recuperar o controle, têm em comum, em moldes e com palavras de ordem diferentes segundo o país, o continente e as tradições nacionais, tudo fazerem para canalizar a cheia da insurreição operária e popular para um leito mais sossegado. Canalizá-la para um quadro compatível com a sobrevivência das instituições e do Estado e com a subsistência do regime de propriedade privada dos meios de produção.

Esta contradição entre o movimento das massas e a política das suas direcções tradicionais é o que explica que, por muito poderosos que sejam, estes movimentos, mesmo quando conquistam resultados parciais – por exemplo a saída do presidente no Sri Lanka, a queda dos dignitários do regime na Argélia –, acabam por não resolver a questão fundamental: quem controla a economia, quem dirige a sociedade, que classe social controla os meios de produção?

No seu movimento, os trabalhadores vêm-se na contingência de utilizar as organizações historicamente constituídas pela sua luta de classe: os sindicatos, por vezes os partidos. Mas a questão central de toda a sociedade é a da direcção do movimento operário. É a ques-

● DOCUMENTO

>>> tão levantada no programa de fundação da IVª Internacional: “A crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária.”

7) Quando, há trinta anos, a União Soviética se desfez, deu-se uma viragem de grande vulto na história mundial. O que, nesse ensejo, foi definitivamente liquidado foram os segmentos do que ainda subsistia da maior conquista revolucionária do século XX, o regime social assente na propriedade colectiva dos meios de produção. Se bem que o controle dessa propriedade estatal fosse há décadas estritamente exercido pelos oligarcas nomenclaturistas, parasitas e saqueadores da propriedade colectiva, as relações sociais da União Soviética não assentavam na propriedade privada, assentavam na propriedade estatal, por muito que o seu uso estivesse desviado pela burocracia.

Assim, enquanto assim foi e não foram definitivamente liquidados os segmentos subsistentes da revolução de Outubro, esses segmentos enquadravam-se em algo que, à escala internacional, representa o acervo de instituições operárias, de conquistas e garantias colectivas, de regimes de protecção social, numa palavra, o património da classe trabalhadora organizada, consciente dos seus interesses. É neste património que desde sempre têm assentado as organizações de trabalhadores, mesmo quando encabeçadas por direcções traidoras.

O que é novo desde a queda da União Soviética é que a destruição da conquista fundamental obtida pela classe operária no século XX serviu de sinal para atacar, em todo o lado, os direitos e garantias em que se cristaliza o valor da força de trabalho, informados pela luta de classe no mundo inteiro. Em todos os continentes e em todos os países, estão a passar à ofensiva governos, de direita e de esquerda, que, em nome do carácter pretensamente inevitável da economia de mercado, têm contribuído em toda a parte para as privatizações, para os ataques aos regimes de pro-

tecção social e à contratação colectiva.

Corolário desta ofensiva contra os direitos e garantias são os atentados à existência das próprias organizações, os ataques aos sindicatos, constantemente enfraquecidos, esvaziados da sua substância e integrados, uns mais, outros menos, no Estado, ou em vias de integração. É-o, também, a autodissolução dos partidos fundados em critérios de classe; bastaram alguns anos para o Partido Comunista Italiano se dissolver num amálgama com os resíduos da Democracia Cristã; em França, o populismo da “França Insubmissa” reivindica não ser um partido de classe. É significativo que a quase totalidade das direcções que saíram dos antigos partidos de “esquerda” e, nomeadamente, dos partidos comunistas tivesse, em vários países, convergido na proclamação de que a “página aberta por Outubro de 1917 está definitivamente fechada”.

Por isso a reconstrução do movimento operário com um novo eixo exige que os trabalhadores, grupos e militantes que partilham a necessidade de voltar para o terreno da classe actuem concertadamente, reclamem-se eles ou não da IVª Internacional. Não, Outubro de 1917 não morreu: Outubro de 1917 pôs na ordem do dia, pela primeira vez desde a Comuna de Paris, o governo da classe trabalhadora e a expropriação da classe capitalista.

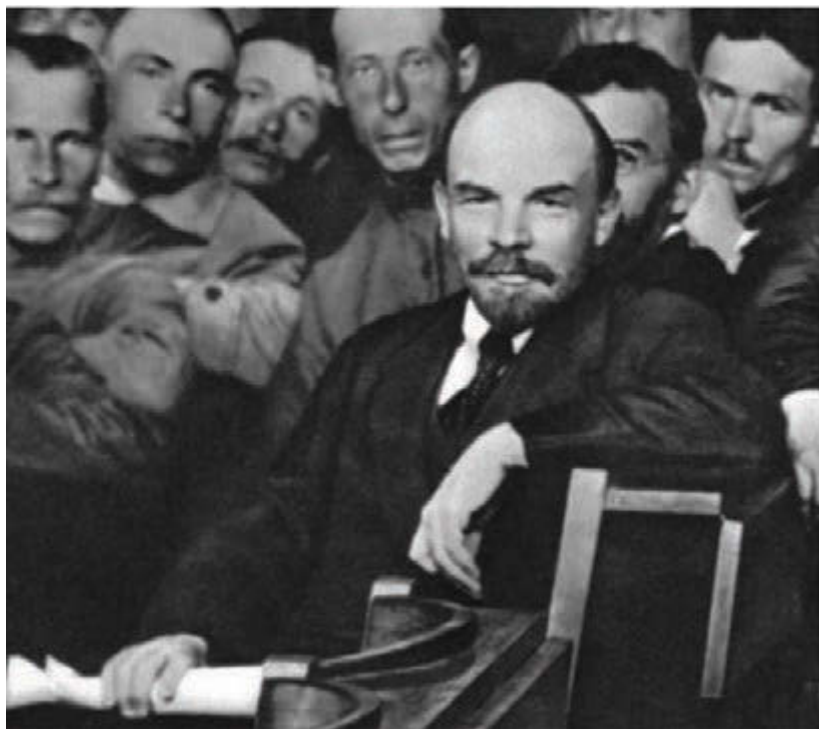
8) A época que vivemos confirma todos os dias a profunda unidade mundial da luta de classes. A IVª Internacional sempre rejeitou as teorias assentes nas oposições entre “blocos”, “campos”, “mundos”. Ela situa-se, isso sim, no terreno da unidade mundial da luta de classes. E demonstrou, na continuidade da Oposição de Esquerda, que a pretensa teoria do “socialismo num só país” – contrária ao marxismo – não servia senão para justificar a renúncia da burocracia nascente à luta pela revolução mundial.

O que está em falência é um e o mesmo sistema capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, o sistema que guia o braço assassino dos governos fautores de guerra e os planos das instituições internacionais – FMI, Banco Mundial – que estrangulam os trabalhadores e os povos das nações dominadas. Um e o mesmo sistema, que procura derubar as conquistas da revolução chinesa e está a desregular as condições de exploração dos proletários das grandes metrópoles imperialistas. Há um só mercado mundial, uma só classe trabalhadora e, mais do que nunca, o apelo do Manifesto Comunista de Marx e Engels, “*proletários de todos os países, uni-vos!*”, é a única saída possível para centenas de milhões de explorados.

Hoje, mais do que nunca, nenhum militante operário de nenhum país, nenhum grupo, nenhuma organização que estabeleça para si própria, sinceramente, o objectivo de ajudar as massas a combater pelo socialismo pode passar sem responder à pergunta: que partido internacional dos trabalhadores para ajudar a classe operária?

Foi desde logo à escala internacional que Marx e Engels começaram por responder a esta pergunta, primeiro na Liga dos Comunistas e, depois, ao contribuir para a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864). Obra prosseguida por Engels quando concentrou os últimos esforços da sua vida na proclamação da Internacional Operária, em 1889. Quando a IIª Internacional traiu, em Agosto de 1914, o que Lenin formula é a questão da necessidade de uma nova Internacional Operária revolucionária, lançando a primeira pedra da Internacional Comunista, fundada em 1919. É dessa continuidade que a IVª Internacional, fundada por Leon Trotsky em 1938, se reivindica.

Hoje, a adesão cada vez mais aberta dos aparelhos às suas respectivas burguesias (quando não directamente à burguesia imperialista dos Estados Unidos, a mais



Lenine no congresso de fundação da IIIª Internacional (Março de 1919)

poderosa) leva o movimento operário oficial a renunciar aos agrupamentos internacionais, mesmo os mais formais.

Inversamente, os militantes do CORQI convidam todos os militantes e todos os grupos sinceramente comprometidos na luta de classe pelo socialismo a encetarem juntos a discussão e a acção indispensáveis para forjar o partido mundial da revolução socialista.

9) A IVª Internacional tem uma história longa. Foi fundada em 1938. Reivindicou no seu programa, desde a sua fundação, a continuidade das Iª, IIª e IIIª Internacionais. A IVª Internacional tem uma longa história que é também uma história de crises. Em cada uma dessas crises, sectores saídos da IVª Internacional, renunciando ao combate pelo socialismo, optaram, em moldes diversos, por se alinhar com partidos dominados pelos aparelhos burocráticos, por sua vez pautados pela aliança com a burguesia.

O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) continua a reger-

se pela perspectiva do socialismo imposto pela mobilização das massas. Consideramos que o método e as palavras de ordem do *Programa de Transição*, programa de fundação da IVª Internacional, se mantêm plenamente adaptados à situação.

Este programa não é, para citar Lenin, “*um dogma, mas um guia para a acção*”. E é enquanto tal que consideramos que a sua maneira de formular a luta pelo governo dos trabalhadores é indispensável para ajudar a acção das massas, como o são as palavras de ordem que inclui no plano da luta pela frente única operária, da ajuda, portanto, à mobilização das massas pela ruptura com a burguesia (tal como o método que propõe no que diz respeito à frente única anti-imperialista nos países dominados). Iguamente actual é, em nossa opinião, o método das palavras de ordem transitórias, estabelecendo a “*ponte*” entre as aspirações imediatas das massas e a necessidade de a classe trabalhadora tomar o poder ou ainda a maneira de o programa formular as questões da democracia operária e da ajuda à organização das

próprias massas.

Nem por isso estamos menos conscientes de que a crise sem precedentes de decomposição do movimento operário tal como existia antes origina uma situação em que, em todo o mundo, em toda as latitudes, há trabalhadores, grupos, militantes, organizações que trabalham na mesma direcção que a IVª Internacional, sem necessariamente se reivindicar do seu programa ou aderir-lhe. Que procuram, por conseguinte, intervir de molde a ajudar a classe trabalhadora a reconstituir o seu próprio movimento, as suas organizações, com um novo eixo, o da independência de classe. Isso, para eles como para nós, implica não desistir da emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores e, portanto, da socialização dos meios de produção e do socialismo.

Foi por esta razão que envidámos esforços consideráveis para conseguir realizar a conferência mundial aberta contra a guerra e a exploração e pela Internacional Operária de 29 e 30 de Outubro de 2022, em Paris, bem como a conferência internacional de mulheres trabalhadoras que a precedeu, ambas na continuidade da conferência de Mumbai de 2016. Como é pela mesma razão que participamos plenamente das campanhas do Comité Operário Internacional, nomeadamente as que foram decididas em finais de Outubro de 2022.

Não pomos condições à acção conjunta, a iniciativas conjuntas. Não procuramos impor as nossas posições. A todos os camaradas com quem nos encontramos a intervir juntos, nomeadamente no âmbito do Comité Operário Internacional, dizemos, no mais, que a discussão sobre a reconstituição da IVª Internacional não é propriedade exclusiva dos militantes que se reclamam do trotskismo.

Ao suscitar todas as questões relativas à actualidade do programa da IVª Internacional, a conferência que preparamos para o Outono de 2023, põe, na verdade, por esse intermédio, outras questões: a

● DOCUMENTO

>>>

da actualidade do combate de Lenine por um partido de vanguarda e pela tomada do poder pelos conselhos operários da revolução russa (os soviets), recusando-se a participar na aliança com a burguesia preconizada por mencheviques e socialistas-revolucionários, combate que desembocou na IIIª Internacional anterior à sua degenerescência estalinista; a da continuidade do combate de Marx na Iª Internacional, trabalhando pelo agrupamento de todas as correntes do movimento operário, independentemente das etiquetas, contanto que se situassem no terreno da independência política da classe trabalhadora; a continuidade do combate de Engels, participando na IIª Internacional para construir e implantar partidos operários de massas.

Este convite à discussão, lançamo-lo, pois, a todos: a todos os militantes, a todas as correntes e organizações do movimento operário e democrático que – independentemente da sua história e origem política – não renunciaram, tal como nós, ao combate pela independência de classe e pelo socialismo; lançamo-lo, nomeadamente, aos camaradas com quem trabalhamos no âmbito da conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, e do Comité Operário Internacional. A todos fazemos este convite.

Convidamos, pois, esses cama-

radas a, se estiverem de acordo, participarem livremente na discussão e, se o desejarem, na conferência trotskista internacional do Outono de 2023. Não necessariamente com o objectivo de aderirem às nossas organizações, mas porque a tarefa extraordinariamente difícil de reconstituir o movimento operário com um novo eixo significa que nenhuma corrente pode ter a pretensão de deter sozinha a verdade – sendo, por

isso, indispensável o intercâmbio, o confronto, a discussão democrática, sem os quais o movimento operário não se reconstruirá. Eis porque nos permitimos enviar esta carta tanto às organizações do CORQI como, mais amplamente, a um vasto painel de organizações, grupos e militantes à escala internacional e publicamos um boletim de discussão aberto a todos. ●



Trotsky toma conhecimento do número do jornal americano *Socialist Appeal* que anuncia a fundação da IVª Internacional (Setembro de 1938).

Signatários

Afganistão

Camaradas A. Noor, K. Ghafoori e Z. Hamid

Alemanha

Grupo Socialista Internacionalista (IAK)

Argélia

Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI)

Azânia/África do Sul

Secção azaniana da IVª Internacional (CORQI)

Bangladeche

Secção do Bangladeche da IVª Internacional

Bélgica

Organização Socialista Internacionalista, secção belga do CORQI

Benim

Comité de Ligação dos Trotskistas do Benim

Brasil

Anisio G. Homem, Pedro Jacobs, José Carlos Santana, militantes do CORQI

Burundi

Liga dos Comunistas Internacionalistas (LCI-CORQI)

Canadá

Comité de Ligação dos Trotskistas do Canadá (CLTC-CORQI)

Coreia

Partidários do CORQI na Coreia

Estado Espanhol

Militantes do CORQI no Estado espanhol

Estados Unidos

Socialist Organizer

França

Tendência Comunista Internacionalista do POID, secção francesa da IVª Internacional, aderente ao CORQI

Grã-Bretanha

Charles Charalambous, Editor de *Labour Internationalist*
Henry Mott, Unite Retired
Members section (a título pessoal)
Mike Calvert, Islington UNISON e Tottenham CLP
Stefan Cholewka, secretário do Rochdale Metropolitan Trades Council
Nick Phillips, sindicalista Unite (a título pessoal)

Hungria

Partidários da IVª Internacional na Hungria

Índia

Franklyn D'Souza - Fourth International India (*Spark*)
Subash Naik Jorge - Fourth International India (*Spark*)
Cheruvathoor Denzil - Fourth International India (*Spark*)
Gausuddin Sheikh - Fourth International India (*Spark*)

Itália

Organização Socialista Internacionalista

Marrocos

Secção marroquina do CORQI

México

Liga Comunista Internacionalista

Paquistão

Secção paquistanesa da IVª Internacional

Peru

Grupo Socialista Internacionalista

Portugal

Grupo "O Trabalho/Manifesto Comunista"

Roménia

Secção romena do CORQI

Rússia

Grupo russo de partidários do CORQI

Senegal

Grupo Senegalês de Estudos Revolucionários

Sérvia

Jacim Milunovic, militante operário

Suíça

Membros do CORQI na Suíça

Togo

Grupo togolês da IVª Internacional (GT4)

Tunísia

L. G., militante operário

Turquia

Liga Operária Marxista – Grupo Socialismo

Anexos

Nunca a classe capitalista registou tais recordes de lucros

"Aparece um novo multimilionário a cada 26 horas, ao passo que a desigualdade contribui para que um ser humano morra de quatro em quatro segundos. Os dez homens mais ricos do mundo mais do que duplicaram a sua fortuna, passando de 700 mil milhões de dólares a 1,5 biliões de dólares – à razão de 15.000 dólares por se-

gundo ou 1.300 milhões por dia – durante os primeiros dois anos de uma pandemia que viu os rendimentos de 99% da humanidade caírem a pique e mais de 160 milhões de pessoas adicionais mergulharem na pobreza. "Se estes dez homens perdessem amanhã 99,999% da sua riqueza, continuariam a ser mais ricos do que 99% de toda a gente neste planeta", disse Gabriela Bucher, directora executiva da Oxfam International". (Oxfam, 17 de Janeiro de 2022)

"Segundo estimam os analistas, os lucros das maiores com-

panhias petrolíferas mundiais subiram até quase 150 mil milhões de libras desde o início do ano, à medida que a guerra da Rússia contra a Ucrânia fez subir os preços da energia. A Shell britânica e a TotalEnergies francesa apresentaram na quinta-feira lucros de 59 mil milhões de dólares (£51 mil milhões) durante os primeiros nove meses de 2022. Espera-se que os seus rivais norte-americanos Chevron e ExxonMobil anunciem, na sexta-feira, lucros anuais até à data que se aproximam dos 70 mil milhões de dólares, enquanto os lucros de 2022

>>>

● DOCUMENTO

»»» da BP britânica poderão ultrapassar a marca dos 20 mil milhões de dólares na terça-feira”. (*The Guardian*, 27 de Outubro de 2022).

Espera-se que os bancos de investimento ganhem um valor recorde de 20 mil milhões de dólares, em 2022, na exportação-importação e no financiamento de matéria-primas, mais do triplo do que ganharam nos anos anteriores à Covid-19. No primeiro semestre de 2022, já ganharam 6.600 milhões de dólares nos mercados do petróleo e do gás (quase o mesmo montante que em todo o ano de 2021); nos metais, 3.100 milhões de dólares (4.600 milhões em 2021); nos mercados agrícolas, 600 milhões de dólares (300 milhões em 2021). (Fonte: sociedade de análise Coalition Greenwich, Setembro de 2022).

Empobrecimento generalizado das massas trabalhadoras

“De quatro em quatro segundos, um ser humano morre de fome”, denunciaram 200 organizações não governamentais (ONG) à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas de Setembro de 2022. Em 2021, contabilizavam-se, no mais, 828 milhões de pessoas a sofrer de fome. As ONG têm dificuldade em convencer os chefes de Estado a fornecer os 49 mil milhões de dólares que faltam na ajuda humanitária. É menos de um quadragésimo dos mais de 2 biliões de dólares em despesas militares globais em 2021. Ou ainda “menos de dezoito dias de lucros da empresa de combustíveis fósseis”, de acordo com a ONG Oxfam.

“Cerca de 1,4 milhões de crianças com menos de cinco anos são subnutridas no Sul do Sudão”, segundo *Save the Children*. “Outros quatro milhões de crianças mergulharam na pobreza na Europa Oriental e na Ásia Central nos últimos meses, conforme acertada a UNICEF, um aumento de 19% desde 2021.” (fontes: *Save the*

Children e UNICEF, Outubro de 2022)

De acordo com o Relatório Mundial sobre os Salários da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para 2022-2023, a nível mundial, os salários mensais caíram, em termos reais (tendo em conta a inflação) 0,9% no primeiro semestre de 2022, pela primeira vez em mais de 20 anos. Nos países do G20, os salários baixaram 2,2% no primeiro semestre do ano: 2,4% na União Europeia, 3,2% na América do Norte.

Nos Estados Unidos, as autoridades médicas da Universidade de Harvard observaram um “declínio dramático na esperança de vida”. A sua principal causa é “a sobre-mortalidade relacionada com a Covid-19, a crise dos opiáceos e as doenças cardiovasculares”. A fonte específica: “Os factores sociais são provavelmente responsáveis por uma grande parte destas disparidades. Por exemplo, as pessoas com mais curta esperança de vida nos Estados Unidos tendem a ser os mais pobres, os mais expostos à insegurança alimentar e os que menos ou nenhum acesso têm a cuidados de saúde, tudo factores que contribuem para reduzir a esperança de vida”. (Fonte: *Harvard Health Publishing*, 20 de Outubro).

Na Grã-Bretanha, de acordo com *The Conversation*, “o enfraquecimento dos serviços públicos e a queda do nível de vida a partir de 2010 contribuíram para que houvesse um excedente de 335.000 mortes”. Esta “sobre-mortalidade relacionada com o período anterior de cortes drásticos na despesa pública pode dar-nos uma ideia do que nos espera. [...] As taxas mais elevadas de sobre-mortalidade afectam o decil mais pobres da população” (*The Conversation*, Outubro de 2022)

Explosão das despesas militares globais

Segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), 2021 foi o ano “recorde de despesas militares (...)

2,113 biliões de dólares. Foi o sétimo ano consecutivo de aumento das despesas (...) Em termos reais, deu-se um abrandamento da taxa de crescimento devido à inflação. No entanto, em valores nominais, as despesas militares aumentaram 6,1%.”

No final de 2022, o Congresso americano aprovou um orçamento militar para 2023 de 858 mil milhões de dólares, um aumento de 8% para 2022. Será, assim, o maior orçamento da história dos EUA representando mais de dez vezes o orçamento militar russo de 2023. Entre os “projectos” incluídos neste orçamento: a bomba nuclear B83, 80 vezes mais destrutiva do que a lançada pelos Estados Unidos sobre Hiroshima, em Maio de 1945.

Desde a invasão russa da Ucrânia, em Fevereiro de 2022, os governos dos Estados Unidos e dos países da NATO concederam ajuda militar directa (armamento entregue ao exército ucraniano) e indirecta (créditos ao governo de Zelensky) muito acima de 100 mil milhões de dólares (97 mil milhões de euros), segundo o Instituto para a Economia Mundial de Kiel (IWW), que mantém uma contabilidade actualizada das despesas estimadas. Estes montantes não incluem outras despesas militares dos Estados Unidos e da NATO, designadamente o destacamento de tropas da NATO para países limítrofes da Ucrânia e da Rússia

Quando as forças produtivas se transformam em forças destrutivas

Até os principais títulos da imprensa burguesa o reconhecem. “O dinheiro da investigação não é direccionado para objectivos essenciais: saúde, educação, água, aquecimento global”, a “robotização e a substituição sistemática do homem por máquinas fazem desaparecer milhões de empregos”. “A Covid mostrou, de forma muito cruel, como as doenças raras e tropicais têm sido objecto de muito

pouca investigação, com a medicina a concentrar-se demasiado exclusivamente em prolongar a vida dos ricos.” E “A Unesco, a organização das Nações Unidas para a ciência e cultura, deplora que as verbas mundiais sejam mais afectadas às armas do a investigação ‘útil’.” “As invenções mais inúteis desfazem-se sozinhas (...) Para que há-de servir o tal metaverso? O bitcoin? A inteligência artificial? A implantação de chips nos nossos cérebros?” (no jornal patronal francês *Les Echos*, 4-5 de Novembro de 2022)

Já o semanário alemão *Der Spiegel* (30 de Dezembro de 2022), põe em título “*Afinal Marx tinha razão?*” O sistema capitalista, observa a revista, passou a ser um sistema “que já não traz benefícios a um número suficiente de pessoas (...) A globalização está a cair aos bocados, arrastando consigo o modelo económico alemão. A comunidade internacional está-se a fechar em blocos rivais, a inflação cava um pouco mais o fosso das desigualdades entre ri-

cos e pobres, e falhámos quase todas as nossas metas climáticas.” Não sendo “a crítica do capitalismo fenómeno novo”, a Covid-19 e a guerra na Ucrânia deram-lhe “considerável alcance”, conclui o *Spiegel*... o qual, entenda-se, reduz Marx a um “crítico” do capitalismo, sem dali tirar a única conclusão a que Marx dedicou a sua vida: a construção do partido revolucionário internacional dos trabalhadores para ajudar os trabalhadores a emancipar-se a si próprios.

O apoio aos governos fatores de guerra dos dirigentes das principais organizações que declaram representar os trabalhadores

No dia 1 de Março, a Presidente da Comissão Europeia, Von der Leyen, apresentou ao Parlamento Europeu uma resolução que “encoraja a presença da NATO”,

“apela ao lançamento de exercícios militares conjuntos”, “ao alargamento do âmbito das sanções” e a “verbas adicionais” para “fornecer armas à Ucrânia”. Quase todos os eurodeputados dos grupos do Partido dos Socialistas Europeus e do grupo A Esquerda (incluindo os de *La France insoumise* e do *Syriza*) votaram a favor.

A 7 de Abril, uma nova resolução do Parlamento Europeu apela à “intensificação dos fornecimentos de armas” e exige a continuação do “esforço de coordenação com os aliados transatlânticos”. A mesma votação, quase unânime, dos eurodeputados “de esquerda”.

A 6 de Outubro, o Parlamento Europeu apelou a um “aumento maciço da assistência militar” ao exército de Zelensky, “incluindo através de uma iniciativa da UE para o fornecimento de sistemas avançados de armas” e “o treino dos soldados ucranianos”. A imensa maioria dos eurodeputados da “esquerda” votou a favor. ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de ‘Réveil ouvrier’ - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

● ANÁLISE

Imperialismo e Guerra na África dos Grandes Lagos

Dossiê elaborado por Gérard Messanvi e Gordon Forest

A época histórica actual caracteriza-se por guerras imperialistas, guerras de genocídio, guerras de ocupação e guerras de decomposição sobre um pano de fundo de luta acirrada entre potências e respectivas multinacionais pela apropriação de mercados e pela pilhagem, na mira última de aumentar o lucro capitalista. O imperialismo, assim confrontado com a sua crise estrutural, só consegue assestar tais ataques graças ao apoio que recebe das direcções tradicionais da classe operária e das direcções das organizações pequeno-burguesas rendidas à causa dessa mesmas potências e multinacionais, que tentam pôr travas ao combate das massas trabalhadoras para acabar com a ordem do regime, falido, da propriedade privada dos meios de produção. Bastará referir as guerras da Ucrânia, do Afeganistão, do Médio Oriente, da Líbia, da África

Ocidental, da África dos Grandes Lagos... para perceber esse significado. Para os efeitos deste dossiê, a região dos Grandes Lagos compreende o Zaire/ República Democrática do Congo (RDC) e o Ruanda e o Burundi, antigas colónias belgas.

1. O imperialismo, as suas guerras surdas e as suas guerras permanentes

As guerras actuais são características do período. Não ocorreram na região antes da época imperialista. Este tipo de guerra vai dar-se com o período de viragem do capitalismo para a sua decomposição, que culmina na primeira guerra imperialista mundial (1914-18). As fronteiras



actuais da RDC são as traçadas por Henry Morton Stanley, jornalista e explorador britânico, que cumpriu várias missões nos Estados Unidos e em África por conta do reino e dos grandes grupos de imprensa dos Estados Unidos. Stanley foi chamado por Leopoldo II para realizar uma expedição de cinco anos (1879-84) no âmbito do Comité de Estudos do Alto Congo, sociedade comercial pertencente ao soberano, para negociar com os mercadores de escravos afro-árabes e instaurar uma administração local em fronteiras a estabelecer por conta pessoal do rei dos Belgas. As instruções do rei ao Comité não conhecem ambiguidade. Segundo Van Reybrouck, “... os seus agentes haviam de enviar esforços para conseguir maiores concessões em menos tempo e, de preferência, a título definitivo [...]; de começar a comprar regiões inteiras a um ritmo desenfreado. Mas nem isso chegava: Leopoldo não queria comprar terras, queria também obter todos os direitos sobre essas terras. A sua iniciativa comercial passava a projecto político: Leopoldo sonhava com uma confederação de soberanos indígenas dependentes dele”⁽¹⁾.

A conferência de Berlim organizada por Bismarck começa a 15 de Novembro de 1884, a fim de “definir as regras oficiais de colonização”. Stanley participa. O Congo, atribuído a Leopoldo II em posse pessoal, passa um ano mais tarde a Estado Independente do Congo. Um documento do *Institut Royal Colonial Belge* indica como, entre as potências imperialistas alemã, portuguesa, britânica e belga, se concordaram as fronteiras das colónias belgas com base nos dados estabelecidos por Stanley em 1884. Assim, uma parte da fronteira oriental “... segue a linha mediana do lago Tanganica, o talvez do ramo principal ocidental do delta do rio Ruzizi até ao ponto em que este emerge do lago Kivu: a linha confina a norte com um ponto da margem situado a igual distância de Goma (posto belga) e Giseny (estação alemã).” Na prática, “a fronteira leste situa-



Patrice Lumumba (1925-1961)

se no 30º grau de longitude este de Greenwich até à latitude-sul de 1º20' em linha recta, tirada da intersecção do 30º grau de longitude este com o paralelo 1º 20' de latitude sul até à extremidade setentrional do lago Tanganica...”⁽²⁾ Recorde-se que, em 1908, o Estado Independente do Congo foi cedido por Leopoldo II à Bélgica, que o anexou com o nome de Congo Belga. Este território, de 2,345 milhões de km², portanto mais de 76 vezes o tamanho da Bélgica, 4 vezes o da França e ¼ do dos Estados Unidos, é, a seguir à Amazónia, o segundo pulmão da humanidade, cobrindo a sua floresta equatorial primária 65% do território. A RDC contava, em 2021, 92,38 milhões de habitantes. É uma cornucópia de riquezas minerais e energéticas; e é despedaçada por inúmeras guerras.

A primeira guerra imperialista terá a participação da Força Pública da colónia belga, ao lado das forças da Entente, sob comando britânico, contra as tropas alemãs que tentavam criar na região uma ponte entre as suas colónias orientais (Tanganica, Ruanda e Urundi) e as ocidentais, nomeadamente os

Camarões. Durante a segunda guerra imperialista mundial (1939-45), a Força Pública do Congo e do Ruanda-Urundi (tendo as duas entidades passado para o domínio belga na sequência da redistribuição das colónias de 1914-18), que representava a maioria numérica das ‘*Forces belges libres*’ (40 mil homens), foi mobilizada contra as tropas italianas na Abissínia. As duas guerras, nas quais muitos soldados congolesees pereceram, contribuíram para dispersar os povos da região dos Grandes Lagos à conta do imperialismo.

Na sequência das duas guerras imperialistas, a região será abalada por numerosas guerras e conflitos mortíferos em grande escala. No que diz respeito à **República Democrática do Congo**, observa-se a eclosão de rebeliões ‘internas’. Logo à proclamação da independência política formal do país, em 30 de Junho de 1960, nascerá uma secessão no Catanga, dirigida por Moisés Tchombé (futuro efémero primeiro-ministro da RDC), apoiada pela Bélgica e pela França, com os seus mercenários, que organizam um exército, a nova

● ANÁLISE

>>> guarda catanguesa, e com os meios da poderosa União Mineira do Alto Catanga (UMHK), até 1963. A província retorna ao regaço do governo congolês graças à intervenção das tropas da ONU. Desde o início dos anos sessenta, até 1966, logo após o assassinato do primeiro-ministro nacionalista Patrice Lumumba, o Congo conhece mais uma rebelião, ‘marxista-leninista’, na verdade mao-estalinista, com origem na província de Kwilu, no Oeste, dirigida por Pierre Mulele, antigo ministro do governo de Lumumba. A rebelião dos soldados de Kwilu e dos simba (leões) do Leste, de que Laurent-Désiré Kabila é um dos participantes, beneficia do apoio de um destacamento de soldados cubanos, encabeçado por Che Guevara, de Abril a Novembro de 1965. A rebelião ganha expressão em várias províncias, mas acabará por ser esmagada pelo Exército Nacional Congolês (ANC), apoiada pelos Estados Unidos e pela Bélgica. Outras rebeliões rasgarão o país: o motim de antigos guardas catangueses, que tomam Kisangani em 1966, derrotados por uma equipa de mercenários dirigida pelo francês Bob Denard e pelo belga Jean Schramme; a insurreição no Kivu e no Alto Zaire, dirigida por Laurent-Désiré Kabila e uma nova rebelião de Kisangani no Nordeste e de Bukavu na fronteira ruandesa, repelidas em Julho de 1967 graças ao apoio das tropas belgas e da ONU.

Seguidamente eclodirão as guerras do Shaba, no Catanga (*shaba* significa cobre). A primeira, em 1977, produto dos imperialismos português e francês, recorreu à mobilização de tropas marroquinas, por ordem de Paris, depois de apelo do presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, no propósito de repelir os rebeldes da Frente Nacional de Libertação do Congo (FNLC), apoiada por Angola. Em 1978, a FLNC entra pela Zâmbia vizinha e toma Kolwezi e seus subúrbios; o Zaire interrompe a ajuda à FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda)⁽³⁾, à FNLA (Frente Nacional de Liber-

tação de Angola) e à UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), e Angola retira o apoio aos separatistas, enquanto tropas marroquinas, francesas e belgas repelem a FNLC sob a égide do imperialismo americano. Em 1984 e 1985, o Partido da Revolução do Povo (PRP), de Laurent-Désiré Kabila, desfere ataques em Moda, na província de Tanganica, que serão esmagados pelas Forças Armadas Zairenses (FAZ).

As duas grandes guerras da RDC, a de 1996 e a de 1988, tiveram como prelúdio a guerra genocida anti-tutsi no **Ruanda**, em 1994, e os massacres anti-tutsi no **Burundi** em 1993, a primeira consecutiva ao atentado contra o avião do presidente Juvénal Habyimana, seguindo-se os segundos ao assassinato do président Melchior Ndadaye. Ao fim de um longo processo de cultura de um certo antagonismo entre hutus e tutsis, inoculada, em ambos os países, pela colonização alemã e, sobretudo, belga, para assentar o respectivo domínio, morticínios anti-tutsis e incêndios criminosos de casas de tutsis no Ruanda empurrarão muitos deles para o exílio nos países limítrofes. O país viverá um genocídio anti-tutsi larvar sob os regimes de Grégoire Kayibanda (1961-1973) e de Juvénal Habyimana (1973-1994), que atingirá o paroxismo em 1994. No Burundi, também, dirigentes de organizações pequeno-burguesas e dos regimes instrumentalizados pelo imperialismo belga e francês e pelas políticas de ajustamento estrutural do Banco Mundial, do FMI e da União Europeia irão mais tarde seguir as pisadas do ‘modelo ruandês’, organizando massacres de carácter étnico, nomeadamente em 1965, na província de Muramvya, em 1972, à escala de todo o país, em 1988 nas províncias de Ngozi e Kirundo e, em 1993, de novo em todo o país. Estes massacres continuarão, com um novo auge em 2015, por motivo da recusa do 3º mandato do presidente Pierre Nkurunziza e de uma intentona de golpe de Estado.



O genocídio ‘de fim de século’, como o caracterizaram os grandes meios de comunicação ocidentais, perpetrado entre Abril e Julho de 1994 no Ruanda, fez não longe de um milhão de mortos. Todos os grandes deste mundo, a começar pelo representante do imperialismo americano, Bill Clinton, o patrão da ONU, Kofi Annan mais tarde e, mais recentemente, o presidente francês Emmanuel Macron, reconheceram aquilo que toda a gente sabia, a saber a responsabilidade dos seus governos, multinacionais e instituições nesta carnificina humana. A guerra no Burundi e no Ruanda fez fugir populações destes países para o Leste da RDC, onde os restos ds antigas Forças Armadas Ruandesas e da milícia *Interahamwe* controlam os campos de refugiados e continuam, em aliança com a FAZ, a cometer massacres anti-tutsis, usando os campos como retaguarda para desferir incursões ao Ruanda.

Em Outubro de 1996, milícias, grupos de oposição e antigos lu-



mumbistas como Laurent-Désiré Kabila constituem uma aliança militar, a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDL), apoiada pelos Estados Unidos por intermédio dos governos ruandês e ugandês. Estas tropas, saídas do Leste, encontram pouca resistência e entram em Kinshasa no dia 17 de Maio de 1997. Mobutu refugia-se no Togo, exila-se em Marrocos e morre quatro meses mais tarde. Laurent-Désiré Kabila assume o comando do país, que rebaptiza como República Democrática do Congo, mas não é capaz de controlar os vários grupos, que travam ásperas batalhas por parcelas de poder que lhes permitam meter mão às riquezas do país. Kabila entra rapidamente em conflito com Kamapala e, sobretudo, Kigali. Em Julho de 1998, ordena a retirada das forças militares ruandesas e ugandesas.

Na sequência de uma vasta campanha mediática anti-tutsis orquestrada pelo poder, tanto em

Kinshasa como no Leste do país, centenas de tutsis são linchados. Em Agosto de 1998, a rebelião acabada de criar, a União Congoleza pela Democracia (RCD), toma as cidades de Goma e Kisangani, com o apoio do Ruanda e do Uganda. As facções ruandesas e ugandesas enfrentam-se em Kisangani em 1999, e o grupo conhecerá uma cisão, a RCD-ML (Movimento de Libertação), de obediência ugandesa, e a RCD Goma, apoiada pelo Ruanda. As duas facções mantêm o controle do Kivu Norte, do Kivu Sul, de Maniéma, do Cassai Ocidental, do Catanga Norte e de Kisangani. Na passada, Laurent-Désiré Kabila é assassinado a 16 de Janeiro de 2001, sucedendo-lhe o seu filho, Joseph Kabila. Nos termos do Acordo de Pretoria, ratificado em Sun City (África do Sul) no dia 2 de Abril de 2003, a RCD de Azarias Ruberwa participa no governo de transição com o Movimento de Libertação do Congo (MLC) de Jean-Pierre Bemba, o que marca o fim oficial da 2ª guerra da RDC.

Uma das consequências da guerra no Ruanda acabou por ser a criação, em 2000, das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), antigo Exército de Libertação do Ruanda (ALR), que contava nas suas fileiras os responsáveis pelo genocídio cometido naquele país. Este grupo, cuja constituição foi instigada por Laurent-Désiré Kabila, tem em mira fazer frente à RCD, de que é membro Bosco Ntaganda, entretanto general das Forças Armadas do Congo (FARDC). As FDLR pretendem defender os interesses tanto dos hutus ruandeses refugiados na RDC como dos do Ruanda e lutar pelo derrube do poder em Kigali; é muito activo em Maniéma, no Kivu Sul e no Kivu Norte. Em 2003 nasce o Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), do general Laurent Nkunda, que rompe com o exército congolês. O grupo vai juntar soldados tutsis que pertenceram à RCD e que dizem lutar contra as FARDC e as FDLR no Kivu. Em Agosto de 2007, o governo cessa

a ofensiva contra as FDLR e, com o CNDP, assina um acordo que põe fim à guerra no dia 23 de Março de 2009.

Em 2012, antigos membros do CNDP amotinam-se, criando o M23 e acusando o governo de não ter respeitado todas as modalidades do acordo de 2009 – donde a alcunha de M23, Movimento 23 de Março; a sua ala militar é derrotada em 2013, retomando a actividade para finais de 2021, tomando o controle de boa parte do Kivu Norte. O presidente Félix Tshisekedi da RDC acusa o Ruanda de apoiar militarmente o grupo. Durante o seu giro africano de Agosto passado à África do Sul, à RDC e ao Ruanda, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, numa conferência de imprensa realizada em Kigali com o ministro ruandês dos negócios estrangeiros, Vincent Biruta, declarou “*existirem informações credíveis de haver apoios aos grupos armados de todas as partes, incluindo às FDLR, pelas forças congolezas, e ao M23, pelos ruandeses. A nossa posição é clara, seja quem for o autor ou o destinatário, é necessário que todos os apoios a todos os grupos armados cessem.*”⁽⁴⁾ Vincent Biruta refutou-o na parte que tocava ao seu país. Seguidamente, os Estados Unidos, a ONU e a União Europeia fazem a acusação explícita ao Ruanda de apoiar o M23, o que o presidente ruandês Kagame ainda hoje desmente. Estarão as relações do imperialismo internacional com o Ruanda a modificar-se? Logo se verá. Seja como for, para continuar a desfazer a RDC, o imperialismo usa a Comunidade Este-Africana, cuja presidência rotativa é assegurada pelo presidente burundês Évariste Ndayishimiye, destacando as respectivas tropas para o Leste da RDC para ‘restaurar a paz’.

Desde os anos sessenta, e por várias vezes, a RDC tem sido campo de batalha das tropas da ONU (a MONUSCO conta mais de 18 mil homens com equipamento ultramoderno), das tropas do imperialismo (francês e belga),

● ANÁLISE

>>>

dos exércitos de mais de 12 países africanos (Angola, Burundi, Chade, Líbia, Marrocos, Namíbia, Quênia, Uganda, Ruanda, Sudão, Sudão do Sul, Zimbabue), de mais de 130 grupos armados, mais de 70 dos quais no Leste da RDC⁽⁴⁾. Estas guerras ocasionaram a morte de vários milhões de pessoas, muitas das quais pelos efeitos indirectos dos massacres, e continuam tanto a matar ‘combatentes’, sejam eles estrangeiros, governamentais ou milicianos, como a promover as mais bárbaras depredações contra as populações civis, ante o silêncio ensurdecido da grande imprensa internacional. A guerra tem por pano de fundo e origem a pilhagem das riquezas por conta do imperialismo, das suas multinacionais e instituições.

2. Escândalos geológicos, minérios de sangue e pilhagem imperialista

A RDC, uma autêntica prisão a céu aberto em que as populações foram reduzidas à escravatura na sua própria terra para extrair a seiva da seringueira, destinada ao fabrico da borracha para os pneus da florescente indústria automóvel, foi um laboratório da barbárie do capitalismo em África. Havia igualmente que assegurar, por conta de Leopoldo, a colecta de impostos, do marfim e dos minérios, assim como a parca colheita agrícola. Toda e qualquer forma de resistência a este “trabalho” expunha às mais variadas humilhações e exações, como os trabalhos servis, o chicote, a “mão cortada”, a liquidação física, ao ponto de se ter podido falar das atrocidades da “borracha vermelha” como hoje se fala dos “minerais de sangue”. Durante o período do Congo Belga, de 1908 a 1930, segundo os dados disponíveis, a sociedade *Forminière* fica com os diamantes do Cassai, e a *Société générale*, um banco belga, controla doze companhias no sector (cobre,

diamante, rádio, ouro) e três companhias de caminhos de ferro.

A *Union minière du haut Katanga* (UMHK), fundada em 1906 por um grupo de monopólios que inclui o *Comité spécial du Katanga*, sociedade mista criada sob a égide do rei e da *Compagnie du Katanga*, explora jazigos de cobre numa concessão de 20 mil km², assim como jazigos de estanho noutra concessão, de 14 mil km², superfície superior à da Bélgica! Em 1922, a UMHK figura entre os cinco principais produtores mundiais de cobre; a produção de cobre assegurada pela UMHK atinge 50 mil toneladas em 1923 e 139 mil em 1930, sendo o grupo, de 1920 em diante, o primeiro produtor mundial de cobalto e rádio. Para drenar e evacuar a produção mineira, ingleses e belgas construirão, em 1909, uma rede de infra-estruturas ferroviárias, a *Rhodesia-Katanga Junction Railway and Mineral Company*, que liga a Rodésia do Norte (a actual Zâmbia) ao Catanga. A pilhagem das riquezas do país encontra-se sempre concentrada no sector mineiro.

E quando, em 1960, a Bélgica outorgou, magnânima, a independência, o sistema em nada mudou. A instabilidade política, ilustrada nas várias rebeliões e tentativas de secessão, em particular do Catanga, passou a ser a outra arma usada para manter o controle deste ‘continente’, como Mobutu gostava de dizer. A burguesia continuava a ter na mão a extracção mineira, atraindo essa vasta fonte de matérias-primas e recursos minerais outros monopólios, americanos, canadianos, australianos... e, mais tarde, grupos chineses. Em 1967, a UMHK, nacionalizada, passa a *Gécamines*, *Générale des mines et carrières*. A empresa estatal começará por singrar, representando mesmo 70% do produto nacional bruto do país e arrecadando a quase totalidade das receitas em divisas para o orçamento do Estado. Seguiu-se a *zairização*, ou seja, a confiscação de determinados bens de estrangeiros, até à passagem das pequenas em-

presas para as mãos de partidários do regime. O próprio Mobutu não se esqueceu de atribuir a si próprio 14 plantações distribuídas pelo país inteiro, que produziam um quarto da produção nacional de cacau e borracha. Passando a empregar 25 mil trabalhadores, torna-se no terceiro empregador do país (Reybrouck, p.357)⁽⁵⁾. A propriedade estatal é sujeita a um desbarato geral, sendo a *Gécamines* oficialmente privatizada em 2010. Entre 1990 e 1995, a inflação atinge em média 3.616%. Quanto à dívida externa: entre 1982 e 1988, o FMI emprestou ao país 600 milhões de dólares, e o Banco Mundial 650 milhões! Se, em 1982, a dívida ascendia a 5 mil milhões de dólares, em 1997 tinha subido para 13 mil milhões.

Tal é a situação criada pela submissão aos ditames das instituições de Bretton Woods. A pilhagem no sector mineiro ampliou-se. O governo da RDC⁽⁷⁾ fornece a lista – não exaustiva, pelas razões que ele saberá – das multinacionais presentes nos sectores das minas e pedreiras. São empresas de origem americana, britânica, francesa, suíça, canadiana, belga, neozelandesa, alemã, italiana... Há também grupo chineses, sul-africanos, um grupo dos Emirados... Quanto ao destino da *Gécamines*, a antiga empresa pública: Albert Yuma, na sua qualidade de presidente da empresa de 2010 a 2021 e presidente da Federação das Empresas do Congo desde 2004, conhecido pelos seus desvios de fundos em proveito de Joseph Kabila, o presidente da RDC de 2001 a 2019, declarou, no dia 21 de Março de 2021, que “foi a *conselho dos parceiros da RDC, nomeadamente o Banco Mundial e o FMI, que a RDC cedeu as concessões mineiras da Gécamines à exploração pelas multinacionais.*” Resultado: “a *Gécamines é um mero pequeno accionista das suas próprias concessões mineiras.*” Foram, com efeito, as multinacionais americanas como a *Holdings Limited* e a *Randgold*, a anglo-suíça *Glencor* (*Kamoto Copper Company*), as multinacionais

canadianas como a *Kamao Holding Sa* e *Ivanoe Mining*, e os grupos chineses (*Ruachi*, *Sicomín*, *Jichuan Group*, *Anvit Mining Ltd*) e outras que rebentaram com a empresa pública.

As multinacionais lutam ferozmente pela apropriação das colossais riquezas deste país que equivale a um verdadeiro ‘escândalo geológico’, como dizem alguns geólogos. Os números dão vertigens: segundo Paul Nkuzimana, “*as reservas mineiras conhecidas são assim avaliadas: 20 mil milhões de toneladas de manganês, 110 milhões de toneladas de cobre, 40 milhões de toneladas de ouro, 20 milhões de toneladas de zinco, 15 milhões de toneladas de ferro, 10,5 milhões de toneladas de cobalto, 150 milhões de toneladas de mineral de nióbio, 730 milhões de toneladas de carates de diamantes, 750 mil toneladas de cassiterite e 175,5 toneladas de lítio.*” (o autor faz referência a Rangot Tsasa, em *Agora*, 28 de Julho de 2009). Salienta, além disso, a existência de importantes reservas não conhecidas “*(...) de níquel, berílio, volfrâmio, crómio... e de minerais ditos estratégicos, como o tungsténio, o estanho, o tântalo-coltano... que entram no fabrico dos aparelhos electrónicos (telefones móveis, consolas de jogos, i-phones, electrodomésticos...), encontrando-se estes últimos principalmente no Leste da RDC.*”⁽⁸⁾ Esta parte do país conta, assim, quantidades impressionantes de minerais *high tech*, como o cobalto, usado no fabrico de baterias e nas tecnologias ditas verdes, além do lítio, usado em produtos electrónicos e na produção de baterias recarregáveis para veículos eléctricos.

O outro lado da fronteira oriental da RDC (Ruanda e Burundi) não é menor “escândalo geológico”; o Ruanda, além do gás metano do lago Kivu, conta no seu sub-solo matérias minerais como o coltano, o ouro, o tungsténio, o berílio, o estanho, o cobalto, o lítio e as terras raras, sector ‘novo’ já espreitado, nomeadamente, pelas multina-

cionais francesas. Acrescente-se que o Ruanda desempenha um papel de parceiro estratégico para a França no domínio petrolífero, para a *TotalEnergies*, presente no Uganda, na Tanzânia e em Moçambique e para facilitar o acesso dos grupos franceses à RDC, para aí reforçarem a respectiva posição. É o que explica o sentido da visita do presidente Emmanuel Macron a Kigali em Maio de 2021. No Sul, no Burundi, multinacionais americanas, britânicas, canadianas, os seus associados e grupos russos dilaceraram-se pela partilha das jazidas de níquel, ouro, coltano, cassiterite, volframite, ferrotitânio vanádio, urânio, cobre, ferro e terras raras. Assim se compreende que a região dos Grandes Lagos, em África, pelas suas enormes riquezas e posição estratégica, se tenha tornado no teatro de genocídios e matanças de massa, orquestradas pelo imperialismo, pelas suas multinacionais e pelas suas instituições.

3. O movimento operário e democrático, a reconstituição da IVª Internacional

Neste dossiê, tentámos ilustrar como o imperialismo, estádio supremo do capitalismo, como Lenine demonstrou, se caracteriza, nomeadamente, por uma luta feroz entre as potências e entre os monopólios-multinacionais pela redistribuição dos mercados, pela pilhagem das riquezas, hoje em dia em moldes neocoloniais. Assim, estes países dos Grandes Lagos, como todos os países dominados pelo imperialismo, tendo acedido à independência política formal no início dos anos sessenta, foram mantidos pelas potências e pelas respectivas multinacionais em relações de dependência, pilhagem e despedaçamento da unidade nacional, para isso se servindo dos regimes que instauram e sustentam por guerras de genocídio e de ocupação, de decomposição e desmembramento

segundo linhas de clivagem étnicas e tribais. É da barbárie capitalista que estamos a falar, cuja expressão, à escala dos países dominados, “*(...) se pode observar quotidianamente nas dezenas de milhões de homens, mulheres, crianças, atirados para o caminho do exílio. Isto porque as suas nações foram destruídas pela devastação das guerras fomentadas pelo imperialismo, pelos planos de ajustamento estrutural do FMI e do Banco Mundial, pelas políticas ditas de livre comércio das multinacionais.*”⁽⁹⁾

A construção da unidade nacional tem como condição a luta pela independência da classe operária, a independência das suas organizações políticas e sindicais pela satisfação das reivindicações democráticas, sociais e nacionais das massas.

Pois não poderão esses povos, como todos os outros, viver em paz sem ter solução esta questão da unidade nacional, sem eles controlarem efectivamente as riquezas dos seus países, o que importa na necessidade da luta pela soberania da nação, rompendo com o imperialismo. Por isso, no caso da RDC, o apelo, de 13 de Abril de 2020, de militantes do Leste do país concluía, depois de mostrar a responsabilidade das potências e das suas instituições que são o Banco Mundial, o FMI e a União Europeia no esfacelamento do Congo, com os seus ditames de privatização-pilhagem e as guerras que são a sua consequência: “*Por isso decidimos organizar-nos em partido independente e dizemos: afectação imediata dos recursos necessários à prevenção e erradicação da Covid-19, dos vírus do Ébola, do paludismo e do sarampo! Nacionalização de todas as minas! Fora com as multinacionais! Fora a Monusco e as milícias e exércitos estrangeiros! Por uma Assembleia Constituinte soberana! Para isto, apelamos à constituição de comités pelo Partido Democrático Independente dos Trabalhadores e Camponeses, o PDITP, em todo o país.*”

>>>

● ANÁLISE



Populações da República Democrática do Congo expulsas pela guerra.

Fazendo seu este apelo, bem como o da conferência mundial contra a guerra e a exploração, que foi precedida pela conferência internacional de mulheres trabalhadoras, realizada em Paris nos dias 29 e 30 de Outubro de 2022 por iniciativa do Comité Operário Internacional pela Internacional Operária, militantes do movimento operário e democrático decidiram construir um comité pelo PDITP em Uvira e em Goma, a 10 de Dezembro de 2022.

É igualmente em condições particularmente difíceis que militantes operários do Burundi organizados na Liga dos Comunistas Internacionalistas (LCI), no quadro do CORQI, labutam pela construção do partido operário independente na forma do Partido dos Trabalhadores e da Democracia PTD-Twungurunani (*Cerremos fileiras*), que combate pela realização da aliança operária e camponesa na estrutura Cercabu (Círculo de Reflexão sobre a Cultura do Café no Burundi) na base da unidade dos camponeses-cafeicultores pelas suas reivindicações (gratuidade do enquadramento agrícola, aumento do preço à produção, renacionalização da cadeia produtiva)

pela ruptura com as condições que o imperialismo lhes impõe. Este combate tem também expressão naquilo a que os camaradas designam por “Programa do PTD”⁽¹⁰⁾, que não é um corpo de reivindicações, mas palavras de ordem de que as massas se apropriem pela sua mobilização unida com as suas organizações, em primeiro lugar as organizações operárias, pela ruptura com o capital. O documento diz, designadamente:

“Para reverter o rumo das coisas, impõe-se a eleição de uma Assembleia Constituinte Soberana que tome medidas de salvação da população:

– Anulação dos acordos de ajustamento estrutural de Novembro de 1986 com as instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI) e dos acordos com a União Europeia (...);

– *F i m i m e d i a t o* da s privatizações... (...);

– *Nacionalização dos sectores petrolífero e mineiro e comércio externo sob controle do Estado;*

– *Renacionalização efectiva da cadeia produtiva do café (...);*

– *Anulação de toda a dívida externa;*

– *Anulação de todas as medidas de empobrecimento da população, como as taxas e impostos e a alta dos preços dos víveres de consumo corrente e dos serviços;*

– *Aumento geral dos salários indexado ao custo de vida e aumento das prestações de bolsas de estudo gratuitas e das pensões;*

– *Cuidados de saúde gratuitos para todos e escolaridade gratuita no sector público a todos os níveis (...);*

– *Regime de internato para todos os alunos, alojamento e restauração para todos os estudantes do superior público (...);*

– *Respeito das convenções da OIT, nomeadamente as Convenções 87, sobre a liberdade sindical e a protecção do direito sindical, e 89, sobre o direito de organização e negociação colectiva;*

– *Concessão de créditos aos pequenos comerciantes, artesãos, agricultores e pequenos produtores a taxa zero (...);*

– *Garantia de exercício das liberdades democráticas em todas as circunstâncias;*

– *Libertação imediata dos presos por delito de opinião política (...);*

– Respeito da laicidade do Estado;

– Vasto programa de obras públicas para acabar com o desemprego (agricultura, artesanato, indústria, petróleo, habitação, minas, cimenteiras, infra-estruturas...);

– Promoção da construção de cooperativas agrícolas pela comunitarização da terra, conseguindo, deste modo, agrupar a população em cidades a edificar no âmbito do programa de obras públicas (...);

– Construção da unidade e da independência dos trabalhadores e das suas organizações;

– Construção da unidade da população, contra as divisões de todo o género, ao nível nacional e na cooperação fraterna com os povos da sub-região, do continente e do mundo;

– Soberania dos povos e das nações e retirada de todas as tropas estrangeiras dos países que ocupam.”

A região dos Grandes Lagos em África concentra todas as questões da crise do imperialismo, as guerras em permanência enquanto as multinacionais instrumentalizam os governos, partidos e grupos armados a seu

soldo para assegurar a pilhagem das riquezas. Não tratámos, no âmbito deste dossiê, dos elementos relativos à luta de classes na região, mas ela está viva, em condições sociais e de democracia mais do que desastrosas nos seus ‘escândalos geológicos’. Isto coloca a questão urgente da construção das organizações independentes das classes operárias em cada país da região e não só, donde ressalta a responsabilidade acrescida da classe operária e da IVª Internacional em reconstrução. ●

(1) David Van Reybrouck, *Congo, une histoire*, p.69.

(2) P. JENTGEN, *Les frontières du Congo Belge* (As fronteiras do Congo Belga), *Institut royal colonial belge, Mémoires, Collection in-8°*. Tome XXV ; T. 25, fasc.1 1952, p.15 e pp.48-50.

(3) FLEC: apoiada pela França contra o regime do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o partido único de 1975 a 1992. O enclave assegura 60% da produção angolana de petróleo, estimada em 1,7 milhões de barris/dia em 2007. Multinacionais activas na província: a americana Chevron Corporation, o grupo italiano Eni e os grupos franceses Total, Bouygues Offshore, Forame, Shlumberger e Petromar.

(4) Balanço da viagem de Antony Blinken a África, *Africanews* de 12/08/2022.

(5) Além das tropas governamentais e da MONUSCO, refiram-se, entre os grupos armados em presença no Leste do país (Kivu Norte, Kivu Sud, Ituri e Maniema), a *Cooperativa pelo Desenvolvimento do Congo*, *Nduma defense of Congo*, *Forces de résistance patriotique de l'Ituri*, *Allied democratic forces*, M23, *Forces démocratiques de libération du Rwanda*, *RED-Tabara*, *Mai-Mai*, *Mai-Mai* (Yokutumba, Simba, Mazembe), *Nyatura*, *Twigwaneho-Gumino*, *Forças Nacionais de Libertação*, *Aliança dos Patriotas por um Congo Livre* e *Patriotas por um Congo Livre e Soberano e Raia Mutomboki*.

(6) Reybrouck, op.cit., p. 357

(7) República Democrática do Congo, Ministério da Economia Nacional, repertório das empresas de minas e pedreiras (sem data).

(8) *Contribution à l'étude de la préhistoire et de l'histoire sociales de l'Afrique des Grands Lacs et de l'Est* (Contribuição para o estudo da pré-história e história sociais de África dos Grandes Lagos e do Leste), Montreuil, *Éditions du Travail*, p.145.

(9) Manifesto de Alarme do CORQI, Conferência internacional de 8, 9 e 10 de Novembro de 2020.

(10) *Tribune Libre des Travailleurs*, órgão do PTD-*Twungurunani*, No 140, setembro de 2022, especial Vº congresso.

● DOCUMENTO

Uma herança que reivindicamos: as conferências internacionais das mulheres socialistas de 1907 e 1910

Por Christel Keiser

Na véspera da Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária, a Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras reuniu, na região de Paris (França), a 29 de Outubro de 2022, militantes de 19 países sob a dupla presidência da camarada Rubina Jamil, do Paquistão, e minha. Para nós, militantes da IV^a Internacional, esta iniciativa inscrevia-se numa linha de continuidade: a das iniciativas internacionais de mulheres socialistas desde a Primeira Internacional até vésperas da Primeira Guerra Mundial (em particular as conferências internacionais de mulheres socialistas em Estugarda em 1907 e em Copenhaga em 1910), tradição retomada nos primeiros anos da Internacional Comunista, antes da sua degenerescência estalinista. Foi, aliás, na conferência de Copenhaga que, por proposta de Clara Zetkin, Käte Duncker e outras militantes, se decidiu organizar um dia



Manifestação em Kabul contra o fecho das universidades às estudantes, 22 de Dezembro de 2022

internacional dos direitos das mulheres trabalhadoras, mais tarde fixado em 8 de Março de cada ano.

NO INTUITO DE PROPORCIONAR AOS leitores d'*A Internacional* um relance desta continuidade, publicamos extractos dos arquivos das duas conferências internacionais acima mencionadas (1907 e 1910): relatórios, contribuições e resoluções oriundos dos vários comités presentes. Estes textos mantêm hoje enorme actualidade, porquanto estabelecem correctamente a relação entre a luta de classes do proletariado pelo socialismo e a luta específica contra a dupla opressão das mulheres no sistema capitalista, bem como os

moldes em que as reivindicações democráticas das mulheres e as reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras se integram no movimento da classe como um todo.

Esta continuidade, que reclamamos para nós, viu-se interrompida pelos aparelho social-democrata e estalinista. Definitivamente passados para o campo da burguesia, estes aparelhos tanto abdicaram da luta pelo socialismo como da luta contra a dupla opressão das mulheres. Recorde-mos como Trotsky formulou, nesta matéria, no *Programa de Transição*, a responsabilidade da IV^a Internacional: “*Pela sua própria natureza, todas as organizações oportunistas concentram o essencial da sua atenção nos estratos superiores da classe trabalhadora, ignorando, conseqüentemente, tanto a juventude como as mulheres trabalhadoras. Ora, é para as*

mulheres, tanto como assalariadas como enquanto donas de casa, que a época do declínio capitalista é mais dura. As secções da IVª Internacional devem procurar apoio nas camadas mais oprimidas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, entre as mulheres trabalhadoras. Nelas encontrarão fontes inesgotáveis de devoção, abnegação e espírito de sacrifício. Abaixo o burocratismo e o carreirismo. Abram alas à juventude, abram alas às mulheres trabalhadoras!”

No 57º congresso da secção francesa da IVª Internacional (conferência nacional da Tendência Comunista Internacionalista do POID, filiada no CORQI), nos dias 17 e 18 de Dezembro de 2022, apresentou-se à discussão um relatório específico no intuito de esclarecer como hoje se colocam hoje estas questões na organização. Citamos aqui o essencial:

“Nós somos marxistas, militantes operários revolucionários, não somos feministas. Reconhecemos a existência de classes sociais e sabemos que uma classe social se define pelo lugar que os indivíduos ocupam na produção no contexto de uma relação social de exploração. As mulheres não são, portanto, uma classe social, porventura oposta à dos homens. Situamo-nos num terreno de classe, pelo que não colocamos no mesmo plano mulheres trabalhadoras e mulheres da burguesia. Não é por isso que deixamos de atar as reivindicações democráticas comuns a todas as mulheres, tais como a defesa do direito ao aborto ou a luta contra a violência contra mulheres, à reivindicação social específica das mulheres da classe trabalhadora. A mulher ainda continua a ser “o proletário do homem”, na famosa fórmula de Engels: “A família conjugal moderna é fundada na escravatura doméstica, declarada ou velada, das mulheres.” As mulheres são vítimas de dupla opressão e dupla exploração, sofrendo tanto a exploração capitalista como a exploração doméstica. Para acabar com esta dupla exploração, é preciso acabar com o sistema capital-

ista de exploração, erradicar o sistema capitalista e arrancar pela raiz todas as relações de exploração e opressão. Esta condição é necessária. Mas não é suficiente. Por isso todas as lutas pela igualdade de direitos e contra a opressão têm lugar na luta geral pela emancipação da humanidade. Em A Sagrada Família (1844-1845), Marx e Engels explicam: “A mudança de uma época histórica pode sempre aferir-se pelo progresso da mulher para a liberdade, pois é na relação da mulher com o homem, do fraco com o forte, que a vitória da natureza humana sobre a brutalidade luz com clareza. O nível de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação universal.”

Esta condição é necessária, mas insuficiente, porque, mesmo após a tomada do poder, terá de se combater os preconceitos e mudar as mentalidades alteradas, inclusive no partido. Trotsky explica em As Questões do Modo de Vida que, após a tomada do poder, instituir a igualdade política entre a mulher e o homem acaba por ser o problema mais simples de resolver. Já mais complexa é a instauração da igualdade económica entre a trabalhadora e o trabalhador na fábrica e no sindicato. A igualdade efectiva na família é, em contrapartida, questão completamente diferente. Segundo Trotsky, ela requer “esforços imensos para revolucionar todo o nosso modo de vida”. E prossegue: “é óbvio que enquanto a igualdade do homem e da mulher não for instaurada na família, não se pode falar seriamente da sua igualdade na produção nem sequer da sua igualdade política, pois se uma mulher estiver escravizada à família, à cozinha, às lavagens e à costura, as suas possibilidades de agir na vida social e na vida do Estado ficam reduzidas ao extremo”.

Actualmente, os aparelhos burocráticos manipulam a questão da violência sexista e sexual: faz-se dela um instrumento de decomposição interna das organizações de trabalhadores. A presunção de inocência do perpetrador alegado é substituída pela presunção de

sinceridade da vítima alegada. Os sindicatos e partidos da “esquerda” propõem estruturas comuns a todas as organizações para lidar com estas questões. Existe mesmo uma proposta de lei do governo Macron para introduzir uma obrigação legal de criar um organismo suprapartidário incumbido da supervisão dos assuntos internos dos partidos nestas questões. Pela nossa parte, consideramos que esta é uma forma de arregimentar as organizações, contrária à independência de classe. Consideramos que estas questões se devem resolver internamente, que é o que nós fazemos, pondo em aplicação um princípio: nenhuma tolerância de comportamentos contrários às regras da moral proletária.

A questão das mulheres trabalhadoras enquadra-se no movimento global da classe, embora levante reivindicações específicas. Citando Lenine, Clara Zetkin escreveu: “Não podemos exercer a ditadura do proletariado sem ter connosco milhões de mulheres (...). Temos de encontrar os meios de as alcançar. Não queremos uma organização separada de mulheres comunistas. Uma mulher comunista pertence ao partido da mesma forma que um homem comunista. Mas temos de ver a realidade como ela é: o partido tem que ter órgãos que tenham o objectivo específico de mobilizar as grandes massas de mulheres”.

Dado que estávamos no congresso da secção francesa da IVª Internacional, o relatório indicou de que forma os militantes trotskistas em França, em 2023, impulsionavam estruturas, comissões que permitam às mulheres lutar pelas suas reivindicações específicas, mantendo do mesmo passo a ligação ao partido que junta toda a classe trabalhadora. Os militantes trotskistas em França estão organizados no Partido Operário Independente Democrático (POID), que dispõe de uma comissão de mulheres trabalhadoras directamente ligada ao executivo nacional do partido, de que é uma instância. Não é um partido separado: é o mesmo partido para todos. Todos os meses, o jornal semanal do POID,

● DOCUMENTO

>>> *La Tribune des travailleurs*, publica uma coluna relacionada com o trabalho desta comissão. Foca tanto as reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras como as lutas democráticas, em França e internacionalmente, sobre todas as questões que dizem respeito às mulheres: a violência que sofrem e a sua luta, sem separar todas estas questões da luta da classe trabalhadora como um todo, antes a vendo como uma sua componente.

Foi por a questão específica da dupla opressão das mulheres se enquadrar no movimento da classe no seu todo que a Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras de 29 de Outubro se realizou como evento de abertura da Conferência Mundial Contra a Guerra e a Exploração, pela Inter-

nacional Operária. Não se poderá pôr termo à dupla opressão das mulheres sem derrubar o sistema capitalista, mas tão-pouco se podem ignorar as aspirações específicas das mulheres, sejam elas democráticas ou sociais.

Por isso as militantes que se batem pela reconstituição da IVª Internacional farão questão, juntamente com todas as suas camaradas reunidas na Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras, de pôr em prática as decisões tomadas em conjunto. Em particular, expandindo a campanha do Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs, que reata com a notável luta do Movimento Espontâneo de Mulheres Afegãs. Militantes de todo o mundo estão a organizar-se para conseguir assi-

naturas para o apelo do comité, organizar iniciativas específicas e, particularmente nos países imperialistas, se dirigirem aos governos para que eles concedam asilo incondicional às mulheres activistas afegãs em risco. A segunda decisão da conferência que levamos à prática é a convocação, sob todas as formas possíveis, de iniciativas por ocasião do 8 de Março: conferências, manifestações, reuniões, etc. Colocamo-nos, desta forma, deliberadamente na continuidade das conferências de Estugarda e Copenhaga, reivindicando a herança destes e destas militantes, construtoras do partido operário revolucionário, pela emancipação de todas as mulheres trabalhadoras. ●

Resoluções da Primeira Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, 17 de Agosto de 1907, Liederhalle, Estugarda

1. Resoluções sobre o sufrágio das mulheres

A reivindicação do sufrágio das mulheres é fruto das transformações económicas e sociais engendradas pela ordem da produção capitalista; é, mormente, resultado da evolução radical do trabalho, da posição e da vida intelectual e moral da mulher. Esta reivindicação é consequência, pela sua natureza social, do princípio democrático-burguês, princípio que impõe a abolição de todas as diferenças sociais que não sejam resultado da propriedade, proclamando a plena e inteira igualdade jurídica de todas as pessoas maiores como direito do indivíduo em todos os domínios da vida privada e pública. É isso que explica que o sufrágio das mulheres tenha sido reclamado por alguns pensadores isolados em todas as lutas que a burguesia apoiou pela democratização dos direitos políticos, democratização que era

condição necessária para a sua própria emancipação e tomada do poder como classe. Será, no entanto, apenas, em virtude do trabalho profissional das mulheres e da sua ampliação, muito particularmente em virtude da moderna industrialização e da mulher proletária, que o sufrágio das mulheres passa a reivindicação das massas, daí auferindo a sua força social. O sufrágio das mulheres é o contraponto político da emancipação da mulher do lar e da sua independência económica da família, em consequência do seu trabalho profissional. (...)

Em virtude dos antagonismos de classe que dominam a vida do sexo feminino, o feminismo burguês não luta pelo sufrágio universal das mulheres em falange única,



Die Gleichheit ("A Igualdade"), publicada a partir de 1892, era o principal órgão da comissão de mulheres trabalhadoras do Partido Social-Democrata da Alemanha, dirigido por Clara Zetkin até ao início da Primeira Guerra imperialista.

fileiras cerradas e com a máxima energia. Para conquistar o seu di-

reito de cidadãs, as mulheres proletárias não podem, pois, fiar-se noutras forças além das suas próprias e da sua classe. As necessidades práticas da sua luta emancipadora, unidas às luzes históricas e a um espírito de justiça engendrado das condições de classe, fazem do proletariado o campeão mais consequente da emancipação política do sexo feminino. Por isso defendem os partidos socialistas, organizações políticas de luta do proletariado com consciência de classe, o sufrágio das mulheres, na teoria e na prática.

À medida que a luta de classes se acentua e se torna mais feroz, aumenta também o alcance do sufrágio das mulheres. Do lado das classes reaccionárias governantes, intensifica-se a tendência para introduzir um sufrágio limitado das mulheres, de molde a fortalecer, através dele, o poder político da propriedade. Nos nossos dias, pode-se considerar o sufrágio limitado das mulheres mais como última etapa da emancipação social da propriedade do que como primeira etapa da emancipação política do sexo feminino. Não liberta politicamente a mulher como indivíduo humano, mas apenas na sua qualidade de proprietária de bens ou rendimentos. Por isso, os seus efeitos práticos são os da pluralidade do voto das classes possidentes, por isso ele priva um número crescente de mulheres proletárias dos direitos de cidadãs, assim não implicando, de todo, a emancipação política de todo o sexo feminino. (...)

O movimento das mulheres socialistas de todos os países rejeita o sufrágio limitado das mulheres como uma falsificação e insulto ao princípio da emancipação política do sexo feminino. As mulheres socialistas lutam pela única forma real e concreta deste princípio, ou seja, pelo sufrágio universal das mulheres, concedido a todas as maiores de idade e independente da propriedade, do rendimento, do grau universitário ou de outras condições que privem membros da família proletária de tal direito. Não travam o seu combate aliadas às feministas burguesas, mas em



Conferência internacional das mulheres socialistas, Estugarda, 1907.

comum com os partidos socialistas, que defendem o sufrágio das mulheres como uma das reivindicações de maior importância, de princípio e prática, para a realização do direito de voto. (...)

Relatório das mulheres social-democratas da Alemanha à Conferência Internacional de Mulheres Socialistas e ao Congresso Internacional Socialista de Estugarda

O movimento de mulheres socialistas da Alemanha tira a sua inspiração da convicção de que a questão das mulheres é apenas uma parte da questão social e de que só com a solução desta, pela abolição, pois, da ordem capitalista e pela realização da ordem socialista, poderá encontrar a sua própria solução. As reivindicações feministas – o programa das feministas burguesas – , estão longe de resolver o problema, sequer, aliás, o problema das mulheres da burguesia, já que, em vez de resolver antigos antagonismos sociais entre o homem e a mulher da burguesia, a realização das reivindicações

feministas cria novos conflitos, novos antagonismos. Quanto às mulheres do proletariado – e são elas que representam a maior parte do sexo feminino – o feminismo burguês está longe de assegurar a sua emancipação social e humana integral.

Na sua qualidade de operária e mulher de operário, a proletária sofre menos dos privilégios do sexo masculino do que com a exploração do capital e o poder exercido pela classe capitalista, exploração e poder que se prendem intimamente com a própria essência da sociedade capitalista. Ou porque, na sua qualidade de assalariada, tem de aguentar directamente o jugo e sofrer as chicotadas do capital, ou porque, na qualidade de mulher de operário, tem de aguentar as consequências da exploração a que o marido é sujeito – o seu destino, o seu sofrimento e as suas penas são sempre determinados pelas condições a que a exploração capitalista sujeita a classe operária.

São as condições gerais da sua classe que a privam da possibilidade de desenvolver e valorizar as capacidades inatas que tem. Para se poder emancipar integralmente, a mulher proletária tem, por conseguinte, de lutar contra a causa das condições a que está sujeita, ou seja, contra a sociedade capitalista no seu todo.

● DOCUMENTO

>>>

A finalidade desta luta que o proletariado feminino trava contra o capitalismo é, em primeiro lugar, a de melhorar as condições actuais da classe operária, impondo limites à exploração capitalista em geral e à das operárias em particular. Infligindo maior prejuízo ainda ao organismo da mulher do que ao do homem, a exploração capitalista golpeia, no corpo da mãe, o da criança, arruinando gerações inteiras e produzindo uma degenerescência que ameaça o próprio futuro da classe operária. (...)

A mulher proletária tem tanto interesse como o homem da sua classe em arrancar reformas à sociedade capitalista, para um dia poder aboli-la completamente. Ela não sofre menos do que o proletário, sofre muitas vezes muito mais do que ele dos funestos males gerados pela sociedade capitalista.

Só participando na luta de todos os explorados, sem diferença de sexo, contra todos os exploradores, igualmente sem diferença de sexo, poderá a mulher proletária conquistar a sua emancipação como ser humano. Terá, pois, que lutar pela sua emancipação, participando no grande combate histórico que o trabalho explorado trava contra o capital explorador. A condição primeira para o triunfo nesta luta é a união de todos os explorados com consciência de classe, sem diferença de ofício, de sexo, de nacionalidade, de raça. O seu exército terá de se nortear por uma e uma só luz, por uma e uma só vontade, a de alcançar o mesmo objectivo: a realização da ordem socialista. Para poder, todavia, juntamente com a sua classe, travar uma luta enérgica e eficaz contra o capitalismo, a mulher proletária necessita de igualdade política e social como mulher. Só fruindo dos direitos políticos de que o homem usufrui poderá ela participar na luta de classes no terreno económico e político, munida das mesmas armas de luta de que dispõe o seu irmão. A igualdade dos sexos não é tanto, para a mulher proletária – contrariamente ao que é para as feministas burguesas – o “objectivo final” das

suas aspirações. Para a proletária, é apenas um meio para combater e destruir a sociedade capitalista. Uma reforma da sociedade actual em favor do sexo feminino não poderá satisfazer a socialista: ela necessita da revolução de toda a ordem social, da revolução que, rompendo as cadeias do proletariado em geral, rompa também as mais terríveis cadeias do proletariado feminino; instaurando a ordem socialista, a revolução social criará condições sociais para que as mulheres, como todos os seres humanos, passem a ter a possibilidade de levar uma existência verdadeiramente humana. (...)

O que as mulheres socialistas crêem, contudo, ser seu particular dever é o de encontrar e usar os meios mais eficazes para interessar as mulheres do proletariado na vida e nas tarefas históricas da sua classe, de molde a poderem compreender a natureza e alcance dos problemas daí decorrentes. Tudo isto, entenda-se, para fazer dessas mulheres colaboradoras conscientes do movimento operário socialista. Numa palavra: o movimento das mulheres socialistas da Alemanha e o movimento operário socialista em geral são, no fundo, um e um só. (...)

É condição única para se poder estabelecer uma inteligência, mesmo momentânea, entre o proletariado socialista feminino e a burguesia feminista que as mulheres socialistas recuem em vez de avançarem, limitem as suas reivindicações e renunciem à forma revolucionária e ao carácter rigoroso da luta de classe em que sempre têm inspirado a sua actividade. Por isso as nossas camaradas têm sempre repellido com a maior energia e como atentado aos princípios todas as tentativas de unidade de acção com o feminismo burguês. (...)

O movimento das mulheres socialistas começou a manifestar-se em Hamburgo, Offenbach e noutras cidades mais. Depois de 1870, várias tentativas se fizeram para organizar as costureiras, as encadernadoras, as trabalhadoras da roupa branca e da cartonagem, mas todas as organizações que se

fundaram tinham carácter meramente local. Tais organizações locais entraram em contacto umas com as outras, relacionaram-se também com o movimento das mulheres socialistas de Berlim, que foi tomando a cabeça do movimento. No entanto, como acima dissemos, de início este movimento não se pautava por princípios claros e precisos, estando por vezes impregnado de ideias feministas burguesas. A atitude em relação ao problema da legislação protectora do trabalho feminino, sobretudo, foi prova disso. No Congresso de Halle – em 1890 – cidadãs que encabeçavam o movimento opuseram-se à proibição do trabalho das mulheres nas indústrias, prejudicial ao organismo feminino; até ao congresso internacional socialista de Zurique de 1893, membros muito activos do movimento das mulheres socialistas combatiam toda a legislação em matéria de protecção do trabalho das mulheres. Só nesse congresso o movimento socialista feminino afastou as concepções feministas burguesas, de que aquela sua atitude fora o reflexo. Nesse congresso, a representante das mulheres socialistas alemãs, a camarada Zetkin, desenvolveu a seguinte ordem do dia, adoptada pelo congresso:

“Considerando que o feminismo burguês rejeita medidas legislativas que tendam a proteger o trabalho da mulher da exploração capitalista, interpretando-o como limitação da liberdade da mulher e da sua igualdade com o homem,

que, por isso mesmo, o feminismo não reconhece, por um lado, o carácter essencial da sociedade burguesa baseada na exploração do proletariado masculino e feminino,

que, por outro lado, o feminismo não reconhece o papel especial criado às mulheres pela diferenciação dos sexos e sequer o papel tão importante da mulher para o futuro, na sua qualidade de mãe,

O Congresso Internacional de Zurique declara:

É do dever de todos os representantes da classe operária de

todos os países exigir a protecção legal do trabalho feminino, mediante:

1. a instauração da jornada de trabalho máxima de oito horas para as mulheres maiores de idade e de seis horas para as raparigas de menos de 18 anos,

2. O repouso ininterrupto de 36 horas por semana,

3. A proibição do trabalho nocturno,

4. A proibição de empregar mulheres em ramos da indústria ou trabalhos particularmente nocivos ao organismo feminino,

5. A proibição do trabalho da mulher a partir de duas semanas antes e até quatro semanas após o parto,

6. A nomeação de inspectoras de fábrica em todas as indústrias em que trabalhem mulheres,

7. Todas estas medidas devem ser aplicadas a todas as mulheres que trabalhem em fábricas, oficinas, lojas ou na indústria doméstica.” (...)

O movimento das mulheres socialistas tem-se inspirado sempre nos princípios teóricos do socialismo, considerando, por isso, as cidadãs que o encabeçam ser sua tarefa ganhar as mulheres proletárias para o socialismo científico, fazer delas socialistas convictas e esclarecidas, instruídas nas teorias socialistas. Por isso as nossas camaradas mulheres se esforçam por dar a conhecer ao proletariado feminino o programa do partido. Em 120 locais, iniciaram serões de discussão e leitura. Neles, grupos formados por 20 a 35 mulheres lêem e discutem o programa. Os cidadãos e cidadãs que dirigem os cursos fazem-no com o objectivo de dar às suas alunas uma noção exacta dos problemas socialistas e a capacidade de exprimirem as suas ideias de maneira clara e convincente.

(...) Todos os males, todas as injustiças de que o proletariado feminino é vítima na actual ordem social – analisa-os o nosso movimento na sua origem e causalidade, demonstrando terem a sua raiz na exploração do homem pelo

homem, consequência da dominação de classe dos possidentes. (...)

Otilie Baader

Relatório sobre o movimento entre as operárias austríacas

(...) Em todo o lado em que há um número relativamente considerável de operárias organizadas ou, então, no caso de entre elas haver uma camarada com o talento e a inclinação para o fazer, há mulheres que fazem parte dos comités executivos das organizações sindicais.

No movimento político, também, as operárias têm os mesmos direitos que os homens. Nas organizações políticas, não se podem admitir mulheres, nos termos do nº 30 da lei em matéria de associação e reunião. Como a acção do movimento político não se limita, porém, à vida dos círculos, tendo antes o seu centro nos agrupamentos de ruas e prédios, as mulheres têm a mesma possibilidade de agir na vida política que os homens. As camaradas mulheres organizam a colecta ao domicílio das quotas dos membros para o partido, distribuem jornais e panfletos, pertencem aos comités de bairro e participam nas reuniões eleitorais. A causa de que tudo isso ainda ocorra em demasiado fraca medida está, por um lado, na falta de tempo livre da mulher trabalhadora e, por outro, nos preconceitos de sexo que há que superar. (...)

Federação Nacional das Mulheres Socialistas Belgas

(...) As delegadas belgas ao Congresso de Estugarda deverão, assim, observar a resolução seguinte, votada por unanimidade:

“Considerando que as mulheres devem conhecer, no interesse de todos e para si próprias, as leis que as regem, devendo ajudar na sua

confecção, o congresso decide: 1. Que o partido operário faça propaganda activa em todo o país para convencer os homens da necessidade e da utilidade do sufrágio das mulheres. 2. Que os grupos filiados organizem conferências e comícios que versem esta questão e empreendam a educação social das mulheres. 3. Que o congresso decida iniciar uma campanha imediata pelo sufrágio e pela elegibilidade das mulheres para os juízos do trabalho e conselhos da indústria e do trabalho e conselhos municipais. 4. Que o partido examine o momento oportuno para reclamar o direito ao sufrágio legislativo das mulheres, conforme consignado no seu programa: o sufrágio universal puro e simples, sem distinção de sexo.” (...)

No congresso anual do partido operário, a secretária protestou contra a indiferença do partido ao ponto de vista da organização feminina, tomaram-se medidas de conciliação, ficando o conselho geral de, no próximo congresso, fazer o balanço do trabalho empreendido. Contamos poder, deste modo, fortalecer os nossos grupos actuais e criar novos. Esperamos contar novos elementos, que irão levar a todo o país a semente do socialismo e reivindicar os direitos das mulheres há tanto tempo oprimidas pela sociedade actual.

**Pela federação
A secretária: Maria Tillmans**

Relatório dos clubes de mulheres sociais-democratas dos Países Baixos

(...) É frequentando as mulheres proletárias nas suas moradas e com elas conversando sobre questões importantes para a vida delas, mas também desenvolvendo os nossos princípios socialistas em reuniões públicas e sessões dos clubes, de acesso livre a todos, que os membros das nossas organizações fazem propaganda socialista. A finalidade dos nossos clubes, a aspiração que lhes é comum é a de

● DOCUMENTO

fazer de todos os seus membros sociais-democratas conscientes e activas. Estudou-se e discutiu-se, assim, o programa do partido em Amsterdão e em Kampen, tendo o nosso clube versado também o programa municipal em Amsterdão. Em vários clubes nossos, os nossos camaradas lêem e analisam brochuras e pequenas publicações de propaganda. O clube de Amsterdão tratou por várias vezes o sufrágio das mulheres, e sindicalistas fizeram várias conferências sobre o movimento sindical: uma das finalidades do clube mencionado é precisamente sindicalizar as operárias nos sindicatos actuais e fundar novos.

(...) É desejável que o nosso partido reconheça toda a importância da participação das mulheres proletárias no movimento de emancipação da classe operária, conseguindo, conseqüentemente, a organização do proletariado feminino o apoio necessário e merecido das instituições do partido.

Saudação socialista
M. Mensing, secretária

Relatório do sindicato das costureiras de Amsterdão

Permita-se-nos apresentar à primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas um breve relatório sobre a origem e o estado actual do Sindicato das Costureiras de Amsterdão.

Em 1897, o sindicato foi fundado por várias costureiras e algumas feministas interessadas no destino das operárias. A preponderância do elemento proletário fez-se sentir desde o princípio, razão por que as feministas burguesas não exerceram nenhuma influência no desenvolvimento da nossa organização. Mal fundada, contava 150 filiadas; porém, pouco tempo depois, já só incluía 30. O número de aderentes tem, de modo geral, variado muito, fenómeno que parece ser comum a todas as organizações femininas.

(...) O nosso sindicato participa desde o início na manifestação do

Primeiro de Maio e nas manifestações pelo sufrágio universal; há sete anos que é aderente do cartel de comités operários de Amsterdão. As operárias da confecção que se separaram das costureiras conseguiram, ao fim de uma luta penosa, aumentar o seu salário 25%, fazendo o grupo bom progresso.

Também nós cremos que a “instrução deve preceder a luta”. A nossa secção de “jovens sindicalistas”, de que fazem parte as costureiras de menos de 18 anos, pratica este lema. A secção trata principalmente da educação sindical das operárias jovens, trabalhando sob a direcção dos sindicatos. Não é preciso dizer que a educação assim adquirida servirá às nossas filiadas na luta social que as espera.”

C. Zaalberg, presidente do Sindicato das Costureiras

Resoluções da Conferência Internacional das Mulheres Socialistas realizada em Copenhaga em 26 e 27 de Agosto de 1910 e comunicadas ao Congresso Socialista Internacional

II. Pela manutenção da paz

A segunda conferência internacional das mulheres socialistas em Copenhaga coloca-se, na questão da luta contra a guerra, no terreno das resoluções dos congressos socialistas internacionais de Paris, Londres e Estugarda. Ela vê as causas das guerras nas oposições

sociais criadas pelo sistema de produção capitalista, esperando certeza de manutenção da paz unicamente da acção enérgica e consciente do proletariado, bem como do triunfo do socialismo.

O dever das mulheres socialistas é de colaborar nessa obra de manutenção da paz no espírito das resoluções dos congressos internacionais socialistas. Nesse propósito, devemos favorecer a instrução

do proletariado feminino sobre as causas da guerra e o seu fundamento – a ordem capitalista – bem como sobre os fins do socialismo; devemos consolidar, na classe operária como um todo, a consciência do poderio que ela pode e deve desenvolver em determinadas circunstâncias para garantir a paz, em virtude do papel que desempenha na vida económica da sociedade moderna. (...)



Clear Zetkin (à esq.) e Rosa Luxemburgo no congresso do SPD (1910).

III. O sufrágio das mulheres

A Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas confirma a resolução que a Primeira Conferência de Estugarda de 1907 votou em matéria de direito de sufrágio das mulheres.

Considerando as incessantes tentativas de enganar a grande maioria do sexo feminino com a introdução de um sufrágio limitado e, do mesmo passo, entrar, desse modo, a marcha do proletariado no seu todo na senda do poder político, a conferência vinca uma vez

mais, com particular insistência, os seguintes princípios:

O movimento das mulheres socialistas de todos os países rejeita o sufrágio limitado das mulheres como falsificação e caricatura do princípio do direito à igualdade política dos sexo feminino. Luta pela única expressão viva e concreta desse princípio. O sufrágio geral das mulheres, atribuído a todas as maiores de idade, independente seja da propriedade, seja do imposto, seja do nível cultural, seja de outras condições que excluam membros da classe trabalhadora da fruição desse direito. Não trava a sua luta em aliança com as sufragistas burguesas, mas

sim com os partidos socialistas, que, lutam em geral, pelo direito ao sufrágio como uma das reformas mais importantes nos pontos de vista dos princípios e prático pela democratização integral do direito ao sufrágio.

Atendendo à importância crescente de que a emancipação política do sexo feminino se reveste para a luta de classe do proletariado, a conferência recorda em seguida as seguintes linhas diretrizes:

Os partidos socialistas de todos os países têm a obrigação de lutar energeticamente pela introdução do sufrágio das mulheres. É por esse motivo que também, em particular, as suas lutas pela democratização do direito de sufrágio nos organismos legislativos e administrativos do Estado e municipais devem ser travadas como lutas pelo direito de sufrágio das mulheres, que devem reivindicar e apresentar insistentemente, na propaganda como no parlamento. Nos países em que a democratização do direito de sufrágio dos homens está já muito avançada ou completa, os partidos socialistas têm de empreender a luta pelo sufrágio universal das mulheres e, nesse contexto, devem naturalmente lutar por todas as reformas que ainda tenhamos a reivindicar a favor do proletariado masculino, em vista de conseguir um direito eleitoral igualitário.

É do dever das mulheres socialistas de todos os países participarem, na maior medida possível, nas lutas que os partidos socialistas têm empreendido pela democratização do direito de sufrágio, devendo, todavia, elas empregar igualmente a mesma energia para que, nessas lutas, se prossiga seriamente a reivindicação do direito de sufrágio universal, nos termos da importância de princípio e das consequências práticas que dessa reforma advêm.

● DOCUMENTO

>>>

IV. Previdência social para as mulheres e as crianças

(...) A segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhaga, reivindica para as mães e as crianças as seguintes medidas de protecção social:

I. No domínio da legislação de protecção do trabalho

(a) A jornada legal de trabalho de oito horas para todas as operárias com mais de 18 anos de idade; a jornada de 6 horas para as operárias jovens, dos 16 aos 18 anos; a jornada de 4 horas para as crianças dos 14 aos 16 anos; a proibição de todo o trabalho industrial para as crianças de menos de 14 anos.

(b) Proibição de empregar mulheres em trabalhos que, pela sua natureza, prejudiquem particularmente a saúde da mãe e da criança. (...)

4. No domínio do Estado

(...) b) Criação de cantinas escolares gratuitas, acessíveis igualmente às crianças abandonadas, e abertas durante todos os dias de férias;

d) Para as mulheres grávidas, o direito à cessação de todo o trabalho, sem pré-aviso, oito semanas antes do parto; (...)

2. No domínio do seguro de Estado contra a doença e na maternidade (...)

c) Fixação de um subsídio para as mulheres grávidas, puérperas ou que amamentam, calculado a uma taxa correspondente a um salário médio completo;

d) Organização de um serviço obstétrico, de cuidados médicos para mulheres grávidas e puérperas, por enfermeiras capazes;

e) Extensão destas medidas a todas as operárias, incluindo as operárias agrícolas, as operárias da indústria a domicílio e as criadas, bem como a todas as mulheres cujas famílias tenham rendimento inferior a 6.000 francos". (...)

Relatório das mulheres de Nova Iorque ao Congresso Internacional Socialista de Copenhaga, Agosto-Setembro de 1910

(...) As mulheres do Socialist Party, acicatadas a intervir pela nossa actividade, organizaram um "comité de mulheres" e começaram-se a mexer. Deram a sua aprovação a uma revista mensal de posse privada, chamada "Mulher Socialista", título que foi depois "abrandado" para "Mulher Progressista", nome que, mais brando, é provavelmente mais "atraente" no ponto de vista de poder adquirir, para o seu proprietário, o apoio de variados elementos femininos que participam da propaganda política no país. Esta organização de mulheres do Socialist Party não deixou, naturalmente, de reflectir traços da organização-mãe, a sua postura burguesa de compromisso, a sua fraqueza de organização e o vazio do seu objectivo.

As "Socialist Women" aprenderam, assim, que o seu dever não consistia na neutralidade e no

compromisso; pelo contrário: têm que marcar a linha nitidamente e fazer tudo o que esteja ao seu alcance para educar as mulheres proletárias americanas segundo as linhas claras e sem compromisso do socialismo. (...) Sabemos que o nosso lugar é na *luta de classes*, não na *luta dos sexos*. Acresce que observamos, no movimento sufragista, uma tendência forte para obscurecer a luta de classes e, assim, aumentar a confusão que existe já nas fileiras do trabalho. A grande dama capitalista posa como campeã da liberdade, da humanidade e dos direitos igualitários graças à campanha sufragista, brandindo a bandeira do "voto para as mulheres e privilégios iguais para todos" ante os olhos fascinados da mulher assalariada americana escrava, inocente como é, de uma classe inconsciente e falha de informação. O perigo que se esconde por trás desta questão foi claramente, se bem que involuntariamente, sublinhado pela Sr^a Pankhurst, de Inglaterra, no seu discurso de despedida à Cooper Union, em Dezembro de 1909. "*O movimento sufragista conseguiu*" disse ela, "*uma grande coisa. Apertou os laços de fraternidade entre todas as mulheres enquanto sexo, sem consideração de diferenças de classe ou de posição social.*" Esta campanha de falsa igualdade deixou-nos mais do que alerta para com o movimento sufragista (...)

Anna B. Touroff, delegada ao Congresso Internacional pelas "Socialist Women of Greater New York"

Há cem anos

30 de Dezembro de 1922: fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Por François Forgue e Max Schumacher

Há um século constituía-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No dia 30 de Dezembro de 1922, os congressos dos soviets (congresso dos conselhos operários) das repúblicas socialistas soviéticas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia decidiam formar a federação⁽¹⁾.



Lenine

Merecerá este aniversário comemoração? Poucos anos depois da data – logo que a burocracia estalinista consolidou o seu poder, destruídos todos os elementos de democracia operária e aniquilado pela violência contrarrevolucionária o partido de Lenine e Trotsky, a URSS deixa de ser tal conjunto federador de repúblicas livres, que dispunham do direito de sair da federação, para passar a ser uma nova “prisão dos povos”. Em 1991, esse conjunto desfaz-se: a URSS desmorona-se... Mantêm, contudo, candente actualidade os moldes em que o jovem poder soviético tentou resolver a questão das relações entre as várias nacionalidades existentes no império czarista.

Foi a Ucrânia uma criação de Lenine?

A agressão contra a Ucrânia lançada por Putine em Fevereiro de 2022 propiciou um desdobramento da intervenção imperialista já activa na região. Esta conduz, por sua vez, a uma marcha para a terceira guerra mundial feita pela NATO sob direcção americana. Putine justificou “ideologicamente” a agressão, atacando a política de Lenine. No seu discurso de 21 de Fevereiro, Putine explicou que a Ucrânia actual era fruto de uma iniciativa de Lenine, que cometera o erro de consagrar a Ucrânia como nação soberana⁽²⁾.

A constituição da URSS não teve nada que ver com uma simples arrumação jurídica de um sistema de facto já existente, como muitos dizem. Ela foi, bem pelo contrário, uma decisão política de grande alcance, o que Putine, de resto, admite, ao contra ela invocar a continuidade do império czarista. Como realça Leon Trotsky no seu artigo “A Questão Ucrâniana”, de 22 de Abril de 1939⁽³⁾, a própria

constituição da URSS esteve sujeita a uma discussão veemente dentro do partido bolchevique, opondo-se frontalmente duas concepções: a de Lenine, fiel a todo o legado revolucionário do partido bolchevique, pronunciando-se pelo direito à autodeterminação de todas as nacionalidades representadas no império russo; e a de Staline e outros. Estes últimos apelavam à integração pura e simples na república da Rússia de todas as repúblicas nacionais constituídas no decurso da revolução. Lenine opôs-se resolutamente a tal projecto (esta discussão enquadra-se no que Moshe Lewin chamou “o último combate de Lenine”, porquanto o debate se desenrolou quando Lenine estava já gravemente doente e Staline recorreu, pela primeira vez em tal grau, aos meios do “aparelho” contra as regras democráticas do partido)⁽⁴⁾.

A revolução russa, uma revolução contra o poder imperial que se estende a todo o império

Para entender o alcance deste debate, convém começar por recordar as condições em que ele se desenrolou.

Em plena guerra imperialista, a revolução iniciou-se em Fevereiro de 1917 no império russo, primeiro nos centros operários de Petrogrado e de Moscovo, rapidamente culminando na queda do regime imperial. No seu desenvolvimento, acabou por levar à instauração do poder soviético, em Outubro de 1917⁽⁵⁾.

● HISTÓRIA

>>>

A revolução dirigiu-se logo de início contra o regime imperial, mas desenrolou-se em todo o território do império. Os motivos nacionais de hostilidade ao regime imperial conjugavam-se com as reivindicações políticas e sociais que eram o núcleo da revolução (rejeição da guerra, rejeição do regime autocrático, questão agrária, luta do proletariado pelas suas reivindicações específicas). Enquanto isto, a luta de classes – fundamentalmente a luta entre burguesia e proletariado – manifestava-se dentro de cada nacionalidade: há burgueses ucranianos e operários ucranianos, camponeses ucranianos e proprietários fundiários. Por todo o lado se formam soviets, ganhando a vontade de autodeterminação terreno em todas as nacionalidades. Uma delegação dos soviets ucranianos toma parte, por exemplo, no segundo congresso pan-russo dos soviets, pronunciando-se pela tomada do poder⁽⁶⁾.

A situação descrita tem valor geral, mas é curial focar particularmente o caso da Ucrânia, a entidade nacional mais forte a seguir à Rússia. Todo o território do que fora o império russo mergulha, de 1918 em diante, numa guerra civil implacável. O poder soviético, cujo centro está em Petrogrado e Moscovo, trava uma luta difícil pela sobrevivência: os limites em que se exerce o poder revolucionário são traçados pelas movediças frentes da guerra civil, não por processos constitucionais. Nada que ver, porém, com uma “conquista militar” de territórios “não russos” por “exércitos russos”, pois os trabalhadores, os operários e os camponeses desses mesmos territórios são eles próprios protagonistas das abalos em curso. Não quer isto dizer que, mesmo no campo da revolução, mesmo nos soviets, não se façam sentir tendências para garantir uma “predominância russa”. Na sua *História da Revolução Russa*, Trotsky versa o tema, no capítulo consagrado à questão nacional: as cidades, em que a indústria e, portanto, o proletariado estão concentrados, contam uma população

em grande parte russa ou “russificada”, ao passo que o campo continua maioritariamente dominado pelo elemento nacional. A questão nacional tem, assim, um vínculo estreito com a questão agrária, vendo-se os militantes bolcheviques, por vezes, confrontados com uma tendência dos soviets operários para ignorar a questão nacional.

No mesmo capítulo, Trotsky realça que “*A Rússia não se constituiu como Estado nacional, mas, a condizer com o seu carácter atrasado, como Estado de nacionalidades.*” Este atraso, resume-o Trotsky plasticamente quando escreve que “*nada caracteriza tão claramente o atraso histórico da Rússia, se a considerarmos como país europeu, do que isto: no século XX, ainda foi preciso liquidar o arrendamento forçado e as zonas de residência dos judeus, quer dizer, a barbárie da servidão e do gueto. Para resolver estas tarefas, porém, a Rússia, exactamente em consequência do seu atraso de desenvolvimento, possuía novas classes, novos partidos e programas, o mais modernos possível. Para acabar com as ideias e os métodos de Rasputine, a Rússia precisou das ideias e métodos de Marx.*”

Para cumprir tarefas que, na Europa Ocidental, se haviam cumprido com as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, na Rússia, foi precisa uma revolução proletária. Por isso mesmo, era imensa a complexidade das tarefas que o poder proletário tinha para resolver. O reconhecimento do direito dos povos a disporem de si mesmos – o direito à autodeterminação de todas as nacionalidades oprimidas no império – conjugava-se, designadamente, com a realidade da revolução proletária, que, alastrando a todo o império, se entrecrocava com a contra-revolução numa guerra implacável.

Unidade dos trabalhadores e respeito do direito à autodeterminação

Quando o novo poder passou a dispor de uma certa estabilidade, com o esmagamento da contra-revolução – e fim da guerra civil –, pôs-se em toda a sua plenitude o problema da forma a dar à unidade dos trabalhadores de todas as nacionalidades, que tinham dado um alicerce comum ao seu domínio de classe. Para o partido bolchevique no seu todo, o caso não era que se pretendesse construir um falacioso “socialismo num só país”, mas saber como conferir as formas mais adaptadas às exigências da democracia operária e do desenvolvimento económico na “transição entre capitalismo e socialismo”, num período em que a luta de classes internacional seguia o seu caminho, acabando por determinar, em última análise, o destino do regime saído da vitória da revolução proletária num país⁽⁷⁾.

Anos mais tarde, no artigo referido acima, “*A Questão Ucraniana*”, Leon Trotsky assinalava que, depois da “*tomada do poder, travou-se no partido bolchevique uma luta séria acerca da solução para numerosos problemas nacionais herdados da velha Rússia czarista. Na sua qualidade de Comissário do Povo para as Nacionalidades, Staline representava invariavelmente a tendência mais centralista e burocrática. Isso veio especialmente ao de cima na questão georgiana e na questão ucraniana.*”

Staline, então responsável pela questão das nacionalidades, prepara uma resolução sobre a unificação das várias repúblicas soviéticas: O seu projecto contempla a “*utilidade de um acordo entre as repúblicas soviéticas da Ucrânia, da Bielorrússia, do Azerbaijão e a República Soviética Federativa da Rússia relativo à adesão formal daquelas repúblicas à RSFSR.*” Como se vê, a solução

proposta por Staline era que as repúblicas baseadas em territórios “não russos” que tivessem sido parte integrante do império czarista fossem pura e simplesmente integradas na Rússia, ainda que com amplos direitos de autonomia cultural.

O projecto que acaba por ser apresentado ao Comité Central de 6 de Outubro de 1922 é muito diferente: “Considerar indispensável a celebração de um acordo entre a Ucrânia, a Bielorrússia, a Federação das Repúblicas Transcaucasianas e a RSFSR relativo à União no âmbito de uma ‘União das Repúblicas Socialistas Soviéticas’, dispendo cada uma delas do direito de abandonar livremente a ‘União’”.

Lenine pela igualdade de direito de todas as componentes da federação

Entre estas duas versões, essencialmente contraditórias, interveio a oposição resoluta de Lenine, que, em carta escrita a Kamenev para transmissão ao Politburo, datada de 26 de Setembro de 1922, afirma que nos “reconhecemos iguais em direitos à República Socialista Soviética da Ucrânia, entramos em pé de igualdade com ela numa nova União, numa nova federação, a União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia”.

É frequente dizer-se que a vitória política de Lenine é mero chamariz e que Staline só recuou na formulação jurídica; politicamente, teria vingado a solução do triunfo da integração e subordinação ao poder “russo”.

O argumento baseia-se numa realidade que se veio a constituir depois de a contra-revolução burocrática ter triunfado. Esta transformação contra-revolucionária do poder e do aparelho



“Última palavra do ano de 1922: Proletários de todos os países, uni-vos! União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Bielorrússia, Cáucaso, Ucrânia, Rússia.”

de Estado na URSS teve naturalmente as suas consequências nos direitos das nacionalidades – e, por conseguinte, das repúblicas constituintes da URSS.

Só que, à constituição da URSS, não era esse o caso. O recuo da fracção estalinista não se deveu unicamente ao prestígio de Lenine, deveu-se também à força das reivindicações democráticas nacionais assumidas pelos militantes bolcheviques da Ucrânia, da Geórgia e de outras repúblicas, com o apoio de muitos quadros bolcheviques russos. O “último combate de Lenine” mostra que o partido bolchevique ainda não estava destruído como partido revolucionário.

O historiador suíço Andreas Kappeler, durante muitos anos professor na universidade de Viena, homem tudo menos favorável ao partido bolchevique, reconhece – conforme Putine deplora – que, com a constituição da URSS, “os ucranianos viram-se, pela primeira vez na sua história, dotados de um território nacional reconhecido pelo Estado central, território que juntava a maior parte dos

ucranianos étnicos e dispunha de instituições e símbolos estatais próprios. Ao contrário do período czarista, em que os ‘pequenos russos’ eram considerados parte do povo pan-russo, eles passavam a ser reconhecidos como nação de pleno direito, com a sua língua”⁽⁸⁾.

A prática da política leninista em matéria de questão nacional permitiu, no imediato, um autêntico desenvolvimento, a todos os níveis, das nacionalidades até então oprimidas. Reflexo disso, no caso da Ucrânia, foi o que se viria a designar de “ucranização”: nomeadamente, o uso da língua ucraniana em todos os documentos administrativos, um amplo desenvolvimento das publicações em língua ucraniana, etc. Esta política não ficaria limitada à Ucrânia, foi extensiva a todas as repúblicas que compunham a URSS.

O desenvolvimento das várias repúblicas foi tal, que, ao atacar o que restava do poder soviético, a contra-revolução burocrática foi encontrar uma resistência que teve manifestações dentro do próprio aparelho – até de elementos que até então tinham dado o seu apoio a Staline.

Lenine contra Staline: a questão da Geórgia

A complexidade da questão nacional na Rússia tinha que ver com o carácter extremamente diversificado dos diversos territórios que estavam debaixo do controle do império russo: alguns conheciam um desenvolvimento económico e cultural superior ao da Rússia e estavam associados ao próprio desenvolvimento do império, enquanto outros, mais recentemente conquistados, eram, na realidade, possessões coloniais.

Assim, a Rússia czarista anexou a Arménia em 1828. Tal como a Arménia, o Azerbaijão fora antes disputado pelo império turco e pela Pérsia (hoje Irão). A Rússia czarista “partilhou” a região com

● HISTÓRIA

>>> a Pérsia a partir de 1828. A conquista da Geórgia pela Rússia só se fez em 1878. Por volta de 1900, o Azerbaijão produzia 60% do petróleo mundial. O controle político exercido pelo poder czarista ia a par de uma grande abertura às potências capitalistas mais avançadas, especialmente os britânicos e os alemães, que se tinham implantado firmemente na exploração dos recursos da região, nomeadamente graças ao oleoduto Baku-Batumi.

Esta região não ficou apartada dos sucessos revolucionários de 1917. A fraca burguesia georgiana mostrou-se incapaz de assegurar a independência nacional que reivindicava. Quem ocupou o poder na Geórgia foram dirigentes mencheviques, os quais, no decurso da guerra civil, alinharam com as forças contra-revolucionárias. Começaram por se encostar ao imperialismo alemão, para, depois de Novembro de 1918, ficarem sob o controle de facto do imperialismo britânico, militarmente presente na região.

A razão por que merece a pena vincar neste ponto o caso da Geórgia é que a oposição entre a política de Lenine e a da burocracia emergente começou por se afirmar claramente no conflito entre Staline e os comunistas georgianos, que, logo que passaram a deter o poder, assumiram as legítimas aspirações nacionais do povo da Geórgia.

O governo da Rússia soviética em nada se opunha à independência da Geórgia. Viu-se, porém, na contingência de se opor à utilização da Geórgia como plataforma para a agressão dos Estados imperialistas e das forças contra-revolucionárias russas contra o regime soviético. Em Maio de 1920, assinou um tratado de paz com a Geórgia, que seria sistematicamente violado pelo governo menchevique da Geórgia – que se autodefinia “neutro”, mas apoiava, na realidade, os inimigos da Rússia soviética. As tentativas de entendimento entre o governo da Rússia soviética e os mencheviques

georgianos malograram-se. Assim, “*a República soviética russa não podia ficar alheada da luta das massas laboriosas da Geórgia contra o governo dos mencheviques; era natural que os operários e camponeses da federação soviética viessem em socorro das massas georgianas que se sublevavam contra a burguesia e os senhores da terra.*”⁽⁹⁾

O princípio democrático do direito dos povos a disporem de si mesmos, princípio por que se batem os defensores da revolução proletária, subordina-se aos interesses do proletariado no seu todo. Era com extrema prudência que o governo soviético se via na contingência de iniciar uma intervenção militar, cujo propósito era contrariar os planos do imperialismo, não resolver, por si mesma, a questão nacional. Staline precipitou, porém, essa intervenção militar. No seu livro *Staline*, Trotsky salienta, nessa matéria, que “*destacamentos do Exército Vermelho invadiram a Geórgia às ordens de Staline, pondo-nos diante do facto consumado.*”

Uma vez mais, o último combate de Lenine

Quando, em 11 de Fevereiro de 1921, destacamentos do Exército Vermelho penetraram na Geórgia, Lenine dirigiu-se ao “Conselho de Guerra Revolucionário” do 11º Exército, em 10 de Março de 1921, dando a sua posição sem equívocos:

“*Encontrando-se unidades do décimo primeiro exército em território georgiano, convidamos a estabelecer contacto estreito com o Comité Revolucionário da Geórgia, a agir em estrita conformidade com as directivas do Comité Revolucionário, a não tomar quaisquer medidas susceptíveis de lesão dos interesses da população local sem acordo com o Comité Revolucionário georgiano, a tratar com especial respeito os órgãos de soberania da Geórgia, a dar mostras de*

atenção e prudência especiais para com a população georgiana. Dêem de imediato directivas apropriadas a todos os níveis do exército, inclusive à Secção Especial. Levem à justiça quem quer que infrinja estas directivas. Dêem a conhecer cada caso de infracção e mesmo os mais pequenos choques e mal-entendidos com a população local. O Presidente do Conselho de Defesa, Lenine”⁽¹⁰⁾

Trotsky explica “*o desacordo (...) entre Lenine, que insistia numa política extremamente flexível, circunspecta e paciente, particularmente para a Geórgia e a Transcaucásia, e Staline, que achava que, tendo ele o aparelho de Estado nas mãos, a nossa posição estava garantida*”⁽¹¹⁾

Em total oposição a Staline, Lenine exige, em 31 de Dezembro de 1922, “*uma atitude realmente proletária, (...) a maior prudência, cuidado e flexibilidade da parte dos bolcheviques.*” É uma demarcação incisiva de Staline. Observa Lenine que “*o georgiano que considera com desdém este aspecto da coisa, que lança acusações desdenhosas de “social-nacionalismo” (...) esse georgiano está, na realidade, a atentar contra a solidariedade proletária de classe, pois nada consegue atrasar mais o seu desenvolvimento e consolidação do que a injustiça nacional; e nada há de mais sensível para os nacionais “ofendidos” do que o sentimento de igualdade e a violação dessa igualdade, ainda que por descuido ou brincadeira, pelos seus camaradas proletários. (...) Por isso, no caso vertente, o interesse fundamental da solidariedade proletária e, por conseguinte, da luta de classes proletária exige que nunca adoptemos uma atitude meramente formal a respeito da questão nacional, antes tenhamos sempre em consideração a obrigatória diferença de comportamento do proletário de uma nação oprimida (ou pequena) para com a nação opressora (ou grande),*”⁽¹²⁾

O “georgiano” a que Lenine faz referência é, evidentemente, Staline.

A elaboração de Lenine na questão das nacionalidades relacionada com a fundação da URSS não ficou resolvida com as conclusões do Comité Central em 6 de Outubro de 1922 acima evocadas. Continuou, em relação estreita com o combate de Lenine contra a burocracia.

Enfraquecido pela doença, Lenine continuou a bater-se pelas suas posições – não só, aliás, na “questão das nacionalidades”. Enquanto o primeiro congresso da União dos Sovietes tomava a decisão de fundar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no dia 30 de Dezembro de 1922, Lenine ditava a “Carta ao Congresso”⁽¹³⁾, ali manifestando o seu pesar por, em consequência da doença, “*não ter intervindo com suficiente energia e rudeza na famosa questão da autonomia*”. Ante o “incidente georgiano”, Lenine exigia que se infligisse “*um castigo exemplar ao camarada Ordjonikidzé*”, frisando ser “*óbvio que quem tem que ser responsabilizado politicamente por esta campanha completamente nacionalista grã-russa são Staline e Dzerjinsky*”⁽¹³⁾

No seu livro *Entre o Imperialismo e a Revolução*, uma resposta aos ataques dos dirigentes sociais-democratas que, como Kautsky, denunciavam a política soviética para a Geórgia, Leon Trotsky cita o apelo do Congresso Georgiano dos Sovietes de 26 de Fevereiro de 1922, que descreve os acontecimentos na Geórgia e na Transcaucásia sob direcção menchevique desde a revolução de Outubro. “*(...) os mencheviques caucasianos estão a passar a dirigentes da guerra civil que junta, no país, mencheviques, socialistas-revolucionários, cadetes e toda a corja negra num único campo contra os soviéticos operários e camponeses. (...) Sob a direcção dos mencheviques, toda a Transcaucásia forma uma frente contra-revolucionária para esmagar a revolução operária e*

camponesa em desenvolvimento.

Assim, no interior da Transcaucásia, separada da Rússia não por motivos nacionais, mas por motivos de classe, os exploradores, sob a direcção dos mencheviques, instauram a sua ditadura sobre os trabalhadores. Os mencheviques apoderam-se do aparelho administrativo e policial; dão o tom a toda a Transcaucásia; dominam sem controle na Geórgia. A penetração dos turcos e dos alemães na Transcaucásia agrava a luta entre as subdivisões nacionais da frente burguesa e pequeno-burguesa. Os mencheviques georgianos acham que o momento é propício para desmembrar a Transcaucásia e proclamar a pseudo-independência da Geórgia. Vendo nas tropas do kaiser e do sultão garantia segura contra o perigo do Norte, os mencheviques georgianos reprimem impiedosamente as greves operárias e as insurreições camponesas que se sucedem sem interrupção nas várias partes do país. (...)

O afundamento do militarismo alemão mais não faz do que dar um novo dono à Geórgia menchevique, não mudando nem a sua política nacional nem a sua política interna. Os mencheviques passam, então, a ser uma arma nas mãos dos imperialistas da Entente”⁽¹⁴⁾

“Esse biltre e opressor que é, no fundo, o burocrata russo típico”

O “incidente georgiano” – que escandalizou Lenine, evocado mais acima – fora antecedido de conflitos que opuseram Staline e o seu lugar-tenente, Ordjonikidzé, à direcção do PC georgiano. Os comunistas georgianos exigiam que não fosse a Federação Transcaucasiana no seu todo a aderir à URSS, mas as várias repúblicas, cada uma por si. Para Ordjonikidzé, tal constituía uma “*inadmissível violação da disciplina do partido*”. Ao

longo de todo o conflito, em cujo decurso a maioria do comité central do PC georgiano se demitiu, Ordjonikidzé recorreu a insultos violentos e à brutalidade. O inquérito sobre os incidentes dirigido por Dzerjinsky aprovou a atitude de Ordjonikidzé⁽¹⁶⁾.

Para Lenine, o incidente mostrava claramente que “*toda este projecto de ‘autonomia’ – a construção da oposição entre autonomia e soberania – foi errado e inoportuno do princípio ao fim*”.

Lenine observa, referindo-se à constituição da URSS, que: “*Em tais condições, é naturalíssimo que a ‘liberdade de sair da União’ que nos serve de justificação apareça como uma fórmula burocrática incapaz de defender os alienígenas da Rússia da invasão do russo autêntico, o grão-russo, o chauvinista, esse biltre e opressor que é, no fundo, o burocrata russo típico. Não cabe dúvida de que os operários soviéticos e soviéticos, que são uma proporção ínfima, se afogariam nesse oceano da canalha grã-russa chauvinista como mosca no leite.*”⁽¹⁷⁾

Antes do XIIº Congresso do partido bolchevique (17 a 21 de Abril de 1923), no dia 6 de Março de 1923, Lenine dirigiu-se aos representantes do PC da Geórgia, “*aos camaradas Mdivani, Makharadzé e outros (cópia aos camaradas Trotsky e Kamenev). Caros camaradas. Estou de todo o coração ao vosso lado nesta matéria. Estou escandalizado com a arrogância de Ordjonikidzé e a conivência de Staline e Dzerjinsky. Estou preparando notas e um discurso em vosso apoio.*”⁽¹⁸⁾

Com o agravamento do seu estado de saúde, Lenine não esteve em condições de proferir um discurso no congresso que referisse os termos da sua carta. No dia 5 de Março, pediu a Trotsky para “*se encarregar do assunto georgiano no Comité Central do partido. Este assunto está actualmente a ser alvo de ‘diligências’ de Staline e Dzerjinsky, e não*

● HISTÓRIA

➤➤ posso contar com a imparcialidade deles. Muito pelo contrário.”⁽¹⁹⁾

A 16 de Abril de 1923, um dia antes de principiar o congresso do partido, o Politburo recebeu o artigo de Lenine *Sobre a Questão das Nacionalidades, ou da “Autonomia”*. Por intervenção de Trotsky, Staline foi obrigado a fazer chegar a carta aos membros do CC. Por iniciativa do presídido do congresso, dominado pela fracção de Staline, proibiu-se a comunicação dos documentos de Lenine aos delegados. Citamos de seguida extractos da acta do congresso do partido, reproduzidos por Vadim S. Rogovine na sua obra antes citada *“Havia alternativa?”*⁽²⁰⁾

“Quando Mdivani tentou citar determinadas teses do artigo de Lenine no seu discurso, foi secamente interrompido por Kamenev, que presidia à reunião.

As intervenções de vários delegados incluíam, não obstante, referências ao artigo de Lenine (designado “carta”). Rakovski citou extractos do artigo de Lenine na reunião da comissão sobre a questão nacional, declarando sem rodeios, na sessão plenária do congresso, que Lenine, se estivesse no congresso, demonstraria ao partido que estava a “cometer erros fatais na questão nacional” e que a questão nacional era das que “se não mostrarmos, a seu respeito, a sensibilidade e compreensão necessárias, presidem a uma guerra civil”.

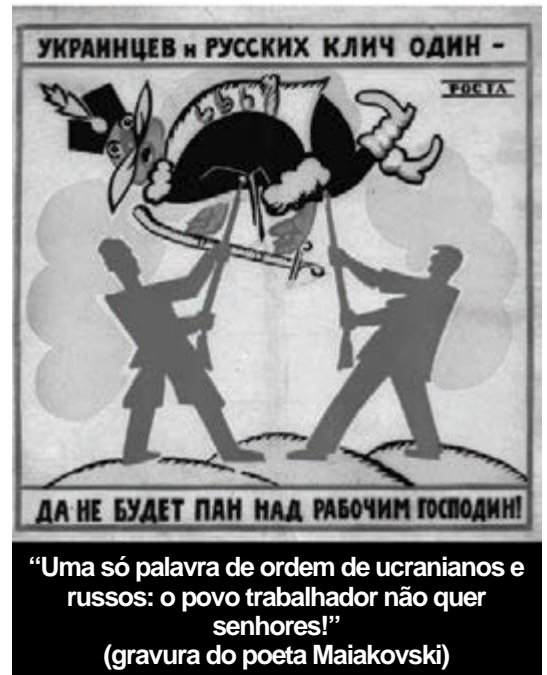
Rakovski salientou que, além da consciência nacional, “o sentimento de igualdade de que fala o camarada Ilitch na sua carta, – esse sentimento de igualdade das nacionalidades oprimidas durante centenas de anos pelo regime czarista penetrou muito mais fundo e muito mais fortemente do que nós pensamos”. “Hoje, os trabalhos meteram por mau caminho”, disse, salientando que “não é só a minha opinião – é a opinião de Vladimir Ilitch”. É preciso lutar contra as manifes-

tações do “sentimento de grande potência do homem russo, que nunca conheceu a opressão nacional, tendo, pelo contrário, oprimido durante centenas de anos. (...)

Skrypnik realçou que a questão nacional tinha que ver com mais do que com as diferenças de opinião “dentro da parte georgiana do nosso partido” a que o congresso reduziu o tratamento da questão. Afirmou claramente que as teses de Staline não tinham nada de novo; enquanto isso, “nós estamos praticamente

paralisados no que concerne à questão nacional e, se bem que a nossa solução de princípio seja correcta, continuamos sem força”. Skrypnik declarou que “os preconceitos grão-russos, absorvidos com o leite materno, tornaram-se instintivos em muitíssimos camaradas”, que “tentam sempre refutar as acusações de chauvinismo de grande potência... com a crítica inversa de que ‘vocês deviam começar por superar o vosso próprio nacionalismo’. Tais ‘partidários de princípio da grande potência e centuriões’ deformam na prática a linha do partido. Só que, no fundo, nós não travámos combate contra o chauvinismo grão-russo. Isso tem de mudar”.

O discurso de Bukharine apresentou um enunciado bastante completo do conteúdo dos artigos de Lenine. Levantou esta questão: “Mas porque tocou o camarada Lenine a campanha de alarme com tanta insistência na questão georgiana? E porque não disse o camarada Lenine palavra, na sua carta, sobre os erros dos dissidentes, mas disse tudo e se alongou sobre a política para com os dissidentes?... Porque o camarada Lenine é um estratega de génio e sabe que é



preciso infligir golpes ao inimigo principal sem nos contentarmos em alinhar eclecticamente uma alusãozinha atrás de outra”. Segundo Bukharine, nas exposições de Zinoviev e de Staline e em muitos discursos de discussão, pôs-se a tônica na crítica ao chauvinismo “local”, nomeadamente ao chauvinismo georgiano; porém, “quando está em causa o chauvinismo russo, mal há um rabinho de fora (aplausos, risos) – quando é ele o mais perigoso”. (...)

Iakovlev fez notar que o discurso crítico de Lenine na VIIIª conferência do PCR(b) não fora publicado e, fosse por que razão fosse, estava considerado perdido, declarando: “Receio que haja ainda outra carta desaparecida (uma voz: “É verdade!”). Vocês estariam aqui a discutir a questão nacional, no congresso do partido, nos termos em que ela está actualmente sendo discutida, se não fossem as cartas de Lenine? Não. Creio que a garantia principal para não voltar a haver aqui mais uma carta perdida, mas uma série de medidas práticas, é dar-se a difusão mais alargada possível, dentro do partido, às ideias e pensamentos desenvolvidos nas cartas do camarada Lenine. Com

efeito, são documentos como esses que obrigam cada membro do partido a reflectir na maneira em que o vil chauvinismo das grandes potências infiltra o seu aparelho”. (...)

Na sua conclusão, Staline afirma que “um grupo de camaradas, com Bukharine e Rakovski à cabeça, exagerou a importância da questão nacional” e que “há muitos camaradas presentes no nosso congresso que citam Lenine a torto e a direito e o deformam”. (...) No enunciado propriamente dito, Staline demarcou-se de facto da posição de Lenine sobre o grupo de Mdivani, declarando que ele representava “um pequeno grupo que, na própria Geórgia, é constantemente posto de lado pelo partido”. Na discussão sobre a questão nacional, deu a entender que o apoio de Lenine àquele grupo se explicava por “Lenine ter esquecido. Ter esquecido muita coisa, nestes últimos tempos. Esqueceu-se de que adoptámos juntos as bases da União”.

Budu Mdivani foi executado a 10 de Julho de 1937, Christian Rakovski a 11 de Setembro de 1941, Mykola Skrypnyk suicidou-se a 7 de Julho de 1933, Iakov A. Iakovlev apoiou Staline contra a oposição de esquerda, mas isso não o livrou de ser expulso do partido em 1938 e executado no ano seguinte⁽²¹⁾.

A proibição de publicação, na URSS, da carta de Lenine sobre a questão das nacionalidades só foi levantada em 1956.

É importante os militantes da IVª Internacional compreenderem que não se deve ver isoladamente a luta de Lenine pela igualdade de direitos de todas as componentes da federação; ela enquadra-se no combate de Lenine contra a burocracia.

Nos anos subsequentes, Leon Trotsky focou o significado do que se passara no 12º Congresso, ou seja, “a fracção de Staline esmagou a fracção de Lenine no Cáucaso. Era a primeira vitória dos reaccionários no Partido. Abria-se o segundo capítulo da

revolução – a contra-revolução estalinista”⁽²²⁾.

A burocracia liquida a democracia operária e, com ela, o direito dos povos

A este propósito escreveu Trotsky, num artigo de 1938 (“Ainda usa o governo soviético os mesmos princípios definidos há 20 anos? 13 de Janeiro de 1938”), que “a revolução de Outubro proclamou o direito das nações não apenas à autonomia do seu desenvolvimento cultural, mas também à separação política. Na realidade, a burocracia soviética transformou a União Soviética numa nova prisão dos povos. Sim, ainda existem línguas e escolas nacionais: neste domínio, nem o mais potente despotismo pode fazer a roda da evolução andar para trás. Mas a língua das diferentes nacionalidades não é um instrumento de desenvolvimento autónomo, é o órgão do domínio burocrático. É óbvio que os governos das repúblicas nacionais são designados por Moscovo, mais exactamente, por Staline. Ora, para geral estupefacção, descobriu-se subitamente que uma trintena desses governos era composta por ‘inimigos do povo’ e agentes do estrangeiro. Por trás desta acusação, que tem uma ressonância demasiado bruta e ridícula, mesmo dos lábios de Staline e de Vychinski, esconde-se o facto de estes burocratas, se bem que nomeados pelo Kremlin, estarem expostos às condições materiais e morais das repúblicas nacionais e serem progressivamente contaminados pelo espírito de oposição ao centralismo asfixiante de Moscovo. Começam a sonhar com a substituição do ‘chefe bem-amado’ e com o alívio do torniquete e até a discuti-lo. Tal é a causa real da recente decapitação de todas as repúblicas nacionais da URSS”⁽²³⁾

A liquidação da democracia operária, a destruição pelo extermínio de milhares e milhares

de quadros e militantes comunistas do Partido Bolchevique implicava recorrer à opressão mais extrema dos povos outrora sujeitos ao domínio czarista e, conseqüentemente, o retorno, no domínio da ideologia, à superioridade “grã-russa” e, portanto, ao pior chauvinismo, que Lenine denunciara. Foi esta opressão, que Trotsky chamava “banditismo burocrático”, que fez com que as reivindicações de independência viessem a ser componentes da “revolução política”, levando Trotsky a escrever, em 1939, que “a unificação da Ucrânia pressupõe a emancipação da Ucrânia dita ‘soviética’ da bota estalinista (...) A verdadeira emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções a ocidente que acabem por conduzir à constituição dos Estados Unidos Soviéticos da Europa. Uma Ucrânia independente poderia aderir como igual, e decerto aderiria, a uma tal federação”⁽²⁴⁾

“Eles ousaram”

No último texto que pôde escrever sobre a revolução russa, Rosa Luxemburgo averbou os seus desacordos em muitos pontos com a política seguida pelos bolcheviques, concluindo a enumeração com a afirmação que o essencial era que os bolcheviques “tinham ousado” e que era essa a base indestrutível para o apoio que era preciso dar-lhes. “Ousaram” intervir contra a guerra imperialista, intervir pela tomada do poder pelo proletariado contra a burguesia.

“Eles ousaram”, fórmula que se aplica também a como os bolcheviques procuraram resolver o problema nacional sem deixar de assegurar as conquistas sociais arrancadas pela revolução, alicerce da unidade dos proletários de todas as nacionalidades, que as haviam conquistado juntos.

● HISTÓRIA

>>>

A burocracia contra-revolucionária transformou, como dizia Trotsky, a URSS numa nova “prisão dos povos”, antes de a conduzir à desintegração. Esta desintegração, ligada à restauração do capitalismo, é indissociável da destruição do que ainda restava das conquistas da revolução de Outubro e deu azo à multiplicação de iniciativas contra-revolucionárias provocadas e atizadas pelo imperialismo e, consequentemente, de conflitos em que se entrecrocaram ex-repúblicas da URSS.

Os povos outrora unidos pela liquidação da propriedade privada dos meios de produção e pelo poder político da classe operária, voltarão a dar com o caminho da sua unidade e fraternidade na sua luta comum contra o imperialismo e todos os seus ajudantes.

Este combate é também o combate que hoje se impõe travar contra a guerra. Observar que a política reaccionária do regime actualmente instalado na Rússia de Putine se enquadra nesta vontade de esmagar o povos em nada diminui a vontade contra-revolucionária e belicista do imperialismo. Putine exprimiu-o, aliás, com clareza, ao colocar a sua intervenção militar sob a insígnia do antileninismo, ou seja, da luta contra a revolução. ●

(1) A URSS viria a integrar outras repúblicas. Algumas, logo desde essa altura, outras, sob o regime estalinista, como as repúblicas bálticas. Aquilo que, em 1922, se designava República da Transcaucásia havia de dar origem às repúblicas da Geórgia, do Azerbaijão e da Arménia.

(2) Putine declara que “no ponto de vista do destino histórico da Rússia e do seu povo, os princípios leninistas de construção do Estado não eram apenas um erro, eram, como sói dizer-se, muito piores do que um erro.”

(3) Citação tirada (como as demais referências a este artigo) do tomo 21 das *Obras*, publicadas pelo Instituto Leon Trotsky sob a direcção de Pierre Broué.

(4) Veja-se “*O Último Combate de Lenine*” de Moshe Lewin, edição portuguesa em Edições Dinossauro, <https://bandeiravermelhablog1.files.wordpress.com/2022/01/o-ultimo-combate-de-lenine-4.pdf>.

(5) Um dos primeiros actos do poder soviético foi um decreto sobre o direito dos vários povos do império a decidirem soberanamente o seu próprio destino.

(6) Não é possível cobrir neste artigo os acontecimentos respeitantes à Ucrânia entre 1917 e 1922 no seu todo, nem desenvolvimentos recentes que redundaram na guerra. Para este último aspecto, refira-se o artigo de 2014 de Dominique Ferré reproduzido no nº 25 d’*A Internacional*, bem como os documentos do CORQI, nomeadamente a declaração de 28 de Fevereiro de 2022. Quanto aos desenvolvimentos da revolução de Outubro de 1917 na Ucrânia, remeta-se utilmente para o artigo de Eric Aunoble “*Question sociale et question nationale: réponses révolutionnaires d’Ukraine (1903-1920)*” no nº 3 da revista *Mouvement ouvrier, luttes de classes et Révolution*.

(7) É sabido que a pretensa teoria do “socialismo num só país”, contrária a todos os ensinamentos do marxismo, foi fabricada para dar cobertura ideológica à tomada do poder pela burocracia.

(8) Andreas Kappeler, *Ungleiche Brüder Russen und Ukrainer vom Mittelalter bis zur Gegenwart (Irmãos Desiguais: Russos e Ucrânios da Idade Média ao Presente, sem tradução portuguesa)*.

(9) Leon Trotsky: “*Entre o imperialismo e a revolução*”, Cadernos Textuais. Esta obra, cuja edição em português data de há quase 50 anos, é uma defesa extremamente documentada da política dos bolcheviques face às acusações da social-democracia internacional, que denunciava uma agressão soviética.

(10) Lenine, *Obras*, tomo 35, p. 493 (ed. fr.).

(11) Leon Trotsky: *Staline*, ed. fr.: Union Générale d’éditions 10-18, 1979, tomo 2, p. 239.

(12) Lenine, *Obras*, tomo 36, p. 621-2 (ed. fr.).

(13) Veja-se Lenine, *Obras*, Tomo 36 p.-605 e sg, 1962 (ed. fr.). Numa adenda à sua carta de 24 de Dezembro de 1922, Lenine declara, no dia 4 de Março, no seu “testamento”: “*Staline é demasiado bruto, e este defeito, perfeitamente tolerável no nosso meio e nas relações entre nós, comunistas, deixa de o ser nas funções de secretário-geral. Proponho, pois, aos camaradas que estudam a maneira de demitir Staline desse posto*”.

(14) Lenine, *Obras*, tomo 36, p. 623 (ed. fr.).

(15) Leon Trotsky: “*Entre o imperialismo e a revolução*”, Cadernos Textuais.

(16) Cf. V. Rogovine: “*Gab es eine Alternative? Bd. 1: Trotzkismus*.” p. 76. Essen : 2010 (“*Havia alternativa? T1, O Trotskismo*”). Sem edição portuguesa).

(17) Lenine, *Obras*, tomo 36, p. 619 (ed. fr.).

(18) Citado segundo Leon Trotsky: *Staline*, op. cit., tomo 2, p. 243 (ed. fr.).

(19) Rogovine, op.cit., p. 78.

(20) Rogovine, op.cit., p. 83-5.

(21) Budu Mdivani era um dos responsáveis bolcheviques georgianos mais comprometidos na luta pelo respeito dos direitos do povo georgiano. Christian Rakovski era um dos principais dirigentes do partido socialista romeno antes da primeira guerra mundial. Opondo-se à guerra imperialista, aderiu ao partido bolchevique. Irá encabeçar o governo soviético ucraniano e defender a posição de Lenine sobre a Ucrânia. Aderiu depois à Oposição de Esquerda. Foi preso e condenado num dos Processos de Moscovo. Mykola Skrypniuk esteve à cabeça do governo ucraniano e foi um dos artífices da “ucranização”. Nikolai Bukharine foi um dos principais dirigentes do partido bolchevique durante a revolução de Outubro. Animador do que se veio a chamar de “oposição de direita”. Vítima de um dos grandes processos-farsa da era estalinista. Iakov A. Iakovlev, partidário de Staline, apesar disso liquidado por ocasião da grande vaga do terror.

(22) Leon Trotsky: *Staline*, op. cit., p. 239.

(23) Leon Trotsky: *Œuvres*, Tomo 16 (Publicações do Instituto Leon Trotsky, ed. fr.).

(24) Leon Trotsky: *Œuvres*, Tomo 21 (Publicações do Instituto Leon Trotsky, ed. fr.).

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



